



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FRANCISCO AMISTARDAM SILVA SOUSA

**DE MALAS PRONTAS PARA UM DESTINO INCERTO: A ATUAÇÃO DA
PASTORAL DO MIGRANTE NO CEARÁ PECÉM (1995 A 2002)**

FORTALEZA

2019

FRANCISCO AMISTARDAM SILVA SOUSA

DE MALAS PRONTAS PARA UM DESTINO INCERTO: A ATUAÇÃO DA PASTORAL
DO MIGRANTE NO CEARÁ PECÉM (1995 A 2002)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S696m Sousa, Francisco Amistardam Silva.
De malas prontas para um destino incerto: a atuação da Pastoral do Migrante no Ceará Pecém (1995 a 2002) / Francisco Amistardam Silva Sousa. – 2019.
93 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar..

1. Modernização capitalista. 2. Território. 3. Impactos socioterritoriais. I. Título.

CDD 910

FRANCISCO AMISTARDAM SILVA SOUSA

DE MALAS PRONTAS PARA UM DESTINO INCERTO: A ATUAÇÃO DA PASTORAL
DO MIGRANTE NO CEARÁ PECÉM (1995 A 2002)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Geografia.

Aprovada em: 29 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Raimundo Jucier Sousa de Assis

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Dedico este trabalho aos migrantes de todas as latitudes, que encontrem abrigo e cuidado.

AGRADECIMENTOS

À Capes, pelo apoio financeiro com a manutenção do auxílio.

Aos meus familiares, em especial a minha mãe, Maria Liduina Soares Silva, que me inspira com sua capacidade de resistir às dificuldades da vida.

Ao professor José Levi Furtado Sampaio, pela orientação e pelo aprendizado; à professora Maria do Céu de Lima, pelo incentivo; e ao professor Francisco Amaro Gomes de Alencar.

Às irmãs Idalina Pellegrini e Clotilde Pellegrini da Pastoral do Migrante.

A Mauro dos Santos, que nos acompanhou em visitas na área, nos abrigou e compartilhou suas lutas. Ao operário Evandro, pelo compartilhamento de suas reivindicações e lutas.

Às comunidades do Município de São Gonçalo do Amarante, em especial às mulheres que, bravamente, resistiram na ocupação do distrito da Parada contra a perfuração dos poços para retirada de água para o Complexo do Pecém.

Aos colegas do LEATE, Israel Bezerra, Juliana Bandeira, Daniel Gadelha, Myrna Ramos.

Aos camaradas do Partido Operário Revolucionário (POR).

Aos colegas de trabalho da Escola Aduino Bezerra, em especial ao diretor Otacílio Bessa, pela oportunidade de compartilhar aprendizados e lutas em defesa da escola pública.

Aos amigos Pedro Rafael, Marta Aragão, Misael Torres, Eider Cavalcante, Iara Fraga, Cícera Barbosa, Rosa Lilian, Sara Góes e Daniele Alves.

Ao meu grande amigo Raimundo Jucier, por compartilhar aprendizados da vida, da Geografia e do futebol.

A Julianne Mello, por ter me recebido e compartilhado aprendizados e documentos sobre o Complexo do Pecém.

Ao professor Fábio Maia Sobral, pelo incentivo dos grupos de estudos.

Aos colegas do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais - CONTER, Professor Mario Martins e Diego Gadelha. Aos colegas do Coletivo Centelha, na figura do professor Davi Moreno, pelas leituras nos grupos de estudo, e ao professor Epitácio Macário e Reginaldo Aguiar do DIEESE.

Aos funcionários do Restaurante Universitário, da Biblioteca, Juliana Soares Lima e Francisco Edvander Pires Santos, e do Departamento de Geografia.

A Erica Silva Pontes, em especial, por ter dividido sentimentos e aprendizados da

Geografia e da vida. Minha eterna gratidão.

A minha grande amiga Fernanda Farias, por ter ajudado na organização e digitação dos documentos da Pastoral do Migrante na reta final, uma ótima companhia pra compartilhar ideias. E a colega de turma de mestrado Bruna Santiago pela companhia nos trabalhos de campo e compartilhamento de arquivos e fotos.

Humberto Eco dizia no seu livro “Como se faz uma tese”, que, entre outras coisas, a pós-graduação tem a função de corrigir o que uma graduação fez e foi com esse espírito que iniciei a pós-graduação em Geografia na UFC.

“A burguesia rasgou o véu comovente e sentimental do relacionamento familiar e o reduziu a uma relação puramente monetária.”
(MARX; ENGELS, 2008, p.13).

RESUMO

O processo de modernização capitalista no Ceará foi iniciado nos “governos dos coronéis” e continuado em meados dos anos 1980, quando a articulação da elite política, que se organizou no Centro Industrial do Ceará (CIC), chegou ao poder do Estado com um discurso de modernização e de ruptura das velhas práticas do clientelismo tradicional. Os empresários políticos colocaram em prática uma modernização integrada ao mercado, que, além de possibilitar uma acumulação capitalista pela via dos grandes projetos de infraestrutura, promoveu uma ruptura na forma de contratação do serviço público e diminuição do quadro de servidores. Essa foi a saída encontrada pela burguesia, com a elite política cearense, para uma profunda mudança na economia a partir da industrialização, provocando impactos na força de trabalho através de novas formas de emprego e renda e destruição das antigas formas de modos de vida encontrados nas áreas implantadas. Esse acelerado processo de modernização das relações capitalistas de produção no Estado do Ceará, tendo como principal agente o Estado, acontece num contexto de abertura da economia nacional ao mercado externo, possibilitando a atração de investimentos estrangeiros para a instalação de obras de infraestrutura, a exemplo do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), instalado no litoral oeste do Estado cearense e que possui um terminal portuário e um distrito industrial, além de empreendimentos da chamada indústria de base. Nossa pesquisa busca investigar o processo de modernização capitalista no Ceará, a partir da modernização industrial portuária tendo como recorte os anos entre 1995 - 2002, período de instalação do porto do Pecém. Pretendemos, ainda, investigar a atuação dos agentes diretamente envolvidos no processo de expropriação dos territórios camponeses no entorno do CIPP. A implantação do complexo portuário intensificou a modernização capitalista ao passo que desterritorializou as comunidades. O Estado, capturado pelos interesses capitalistas, instrumentalizou-se no principal agente ao promover a expropriação das comunidades e criar os objetos técnicos capazes de garantir a instalação da infraestrutura. Apesar de resistirem por algum tempo, várias famílias foram removidas, outras foram assentadas em outras áreas. A dinâmica que se impôs no território foi a da expropriação das terras, intensificação da dinâmica populacional e consolidação de novas atividades econômicas com o aporte de recursos para intensificar o turismo de massa e consolidação da indústria. Nossa investigação recorreu à pesquisa documental de base primária e secundária. Além do mais, partimos dos relatórios que a Pastoral do Migrante organizou quando veio sensibilizar os camponeses e estar junto na defesa dos seus direitos. A atração de novos investimentos na área industrial tem sido

apresentada como o principal catalisador no processo de desenvolvimento econômico no Estado do Ceará. O discurso da modernização econômica se apresenta como uma alternativa para superar os graves problemas sociais, presentes na sociedade cearense como o baixo atendimento em serviços essenciais, tais como educação e saúde e o baixo índice de emprego formal, porém os resultados de integração da sociedade não são o que se realizou para as comunidades locais.

Palavras-chave: modernização capitalista; território; impactos socioterritoriais.

ABSTRACT

The process of capitalist modernization in Ceará was initiated in the “governments of the colonels” and continued in the mid-1980s, when the articulation of the political elite, which was organized at the Ceará Industrial Center (CIC), came to state power with a speech of modernization and breaking of the old practices of traditional clientelism. Political entrepreneurs put in place a market-integrated modernization that, in addition to promoting capitalist accumulation via major infrastructure projects, promoted a disruption in the form of public service contracting and a reduction in staffing. This was the way found by the bourgeoisie, with the political elite of Ceará, for a profound change in the economy from industrialization, causing impacts on the labor force through new forms of employment and income and destruction of the old ways of life found in implanted areas. This accelerated process of modernization of the capitalist relations of production in the state of Ceará, with the state as its main agent, happens in a context of opening the national economy to the foreign market, allowing the attraction of foreign investments for the installation of large infrastructure works such as Pecém Industrial and Port Complex (CIPP), installed on the west coast of the state of Ceará and which has a port terminal and an industrial district, as well as enterprises of the so-called base industry. Our research seeks to investigate the process of capitalist modernization in Ceará, starting from the industrial port modernization taking as a basis the years (1995 - 2002), the period of installation of the Pecém port. We also intend to investigate the actions of the agents directly involved in the process of expropriation of peasant territories around the CIPP. The implementation of the port complex intensified capitalist modernization while deterritorializing communities. The state, captured by capitalist interests, became instrumental in the main agent in promoting the removal of communities and creating the technical objects capable of ensuring the installation of infrastructure. Despite resisting for some time, several families were removed, others were settled in other areas. The attraction of new investments in the industrial area has been presented as the main catalyst in the economic development process in the state of Ceará. The discourse of economic modernization is presented as an alternative to overcome the serious social problems, present in Ceará society, such as the low attendance in essential services, such as education and health and the low rate of formal employment, but it is not what was done to the local communities.

Keywords: socio-territorial impacts; capitalist modernization; territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização do CIPP.....	44
Figura 2 –	Estrada e porto em construção.....	45
Figura 3 –	Comunidade dos pescadores.....	46
Figura 4 –	Estação Ecológica do Pecém.....	47
Figura 5 –	Área de atuação da Pastoral do Migrante.....	55
Figura 6 –	Visita Missionária à Vila dos Pescadores.....	56
Figura 7 –	Estrada e porto em construção.....	61
Figura 8 –	Encontro de Estudos Bíblicos - Novembro de 1999.....	67
Figura 9 –	Casa Missionária 1999.....	69
Figura 10 –	Grito dos Excluídos 99.....	78
Figura 11 –	Acampamento Missionário 2000.....	78
Figura 12 –	Assentamento Novo Torém 2000.....	80
Figura 13 –	Acampamento Missionário 2001.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Atividades realizadas em 1997.....	65
Quadro 2 –	Atividades realizadas em 1998.....	70
Quadro 3 –	Atividades realizadas em 1999.....	76
Quadro 4 –	Conselhos da comunidade para se manter unida em defesa dos seus direitos.....	79
Quadro 5 –	Assentamentos, origem das famílias e localização.....	80
Quadro 6 –	Atividades realizadas em 2000.....	81
Quadro 7 –	Atividades realizadas em 2001.....	84
Quadro 8 –	Atividades realizadas em 2002.....	84
Quadro 9 –	Acampamento Missionário.....	85
Quadro 10 –	Nosso compromisso com a Terra e com a vida.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCE	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
APRUCE	Associação dos Produtores Rurais do Ceará
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil S.A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CDPDH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CEDE	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico
CEARÁPORTOS	Companhia de Integração Portuária do Ceará
CAC	Cinturão das Águas do Ceará
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPP	Comissão Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CF	Constituição Federal
CIC	Centro Industrial do Ceará
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
COEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CONTER	Núcleo de Estudos sobre Memórias e Conflitos Territoriais
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DPVN	Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis
EFTA	Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar
EIA/RIMA	Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
FL	Fórum do Litoral, Cidadania, Desenvolvimento e Meio Ambiente
FDZC	Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará
FIEC	Federação das Indústrias do Ceará

FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
GTP	Grupo de Trabalho Permanente
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IOCS	Instituto Federal de Obras Contra as Secas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMOPEC	Instituto da Memória do Povo Cearense
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MAN	Movimento Pela Soberania Popular na Mineração
MSCS	Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não Governamental
PRODETUR	Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
POR	Partido Operário Revolucionário
PIB	Produto Interno Bruto
PACS	Projeto Alternativo do Cone Sul
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC DO B	Partido Comunista do Brasil
PLAMEG	Plano de Metas Governamentais
PORTOBRAS	Empresa de Portos do Brasil SA
PROURB	Programa de Desenvolvimento Urbano
PRORIGERH	Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SPM	Serviço Pastoral do Migrante
SEPLAN	Secretária de planejamento e Coordenação do Estado do Ceará
SUDECO	SUDAM Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE	Superintendência pra o Desenvolvimento do Nordeste
SUAPE	Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros
SEMACE	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
UFC	Universidade Federal do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
UDR	União Democrático Ruralista
LEATE	Laboratório de Estudos Agrários, Territoriais e Educacionais
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A ECONOMIA BRASILEIRA DEPENDENTE E O NORDESTE	24
2.1	Nordeste: de região problema a nova fronteira de expansão do capital ..	25
2.2	Os coronéis e os empresários políticos: agentes da modernização	29
2.3	A modernização portuária e a modernização excludente da zona costeira	36
2.4	O papel do Estado e dos planejamentos estratégicos em obras de infraestrutura	40
3	VER, JULGAR E AGIR: A PASTORAL DO MIGRANTE NA ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES	44
3.1	O lugar globalizado pela dinâmica industrial	44
3.2	Considerações sobre a questão fundiária e o Território	48
3.3	O processo de expulsão das comunidades	51
3.4	A chegada da Pastoral do Migrante	53
3.5	O processo de resistência das comunidades com a Pastoral do Migrante	61
3.6	As ações da Pastoral do Migrante: articulação local global	82
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

O Complexo Industrial Governador Mario Covas ou Complexo Portuário do Pecém (CIPP) ocupa uma área de 13.337 hectares, dos quais 53,25% estão localizados no município de Caucaia e 46,75% no município de São Gonçalo do Amarante, litoral oeste da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), onde está localizado o distrito de mesmo nome (CENÁRIO PORTO DO PECÉM, 2013, p. 34). Foi concebido como um projeto de modernização econômica do Ceará durante o segundo governo estadual de Tasso Jereissati (1995-2002), fazendo parte do “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará” (1995-1998) e dos programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil” do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O Complexo Portuário do Pécem compreende: uma siderúrgica, principal obra-âncora de um polo metal mecânico; uma refinaria; um conjunto de infraestruturas, que compreendem uma rede de açudes e transposição de bacias para resfriamento dos fornos de alto desempenho; uma usina termelétrica; um gasoduto; e a instalação de parques eólicos, para o fornecimento de energia, cabos de fibra ótica para telefonia e mudanças na legislação, como área verde, para a regularização do uso e ocupação.

O papel da elite política e do Estado foi decisivo na concepção e consolidação do CIPP. O território foi tecnificado pelo Estado para garantir as condições à instalação e o funcionamento do complexo. O discurso dos novos empresários, que representava a elite política e econômica cearense, que emergia durante a redemocratização do Brasil, estava carregado com cunho modernizante de superar o atraso econômico e suplantar as velhas práticas clientelistas, as quais marcaram a política cearense e nordestina. A nova organização territorial em razão do projeto modernizador, que se materializava no espaço através de inúmeras infraestruturas, foi concretizada por uma política fiscal, realizada com o enxugamento da máquina pública com fins a gerar uma reserva de capitais e uma política de benefícios tributários para atrair indústrias para o Estado, como afirma Pereira Junior (2011, p.24).

Na medida em que o projeto se concretizava, foi havendo uma violenta expulsão das comunidades localizadas na área que compreende o CIPP, quase todas viviam da agricultura de subsistência e da pesca como descreve Pellegrini (2006, p. 15). Além do modo de vida local que foi suplantado, ocorreu uma destruição da natureza ali existente, vegetação, dunas e águas. Diante dessa realidade, nossa pesquisa tem como objetivo geral investigar o

processo de modernização capitalista no Ceará, a partir da modernização industrial portuária entre os anos 1995-2002, período de instalação do CIPP, assim como os agentes diretamente envolvidos no processo de expropriação.

A pesquisa está justificada na necessidade de compreender como se deu o processo de modernização das relações capitalistas de produção no Estado do Ceará, especificamente como CIPP se consolidou como a principal obra de infraestrutura do Estado e como a sua territorialização expulsou as comunidades que, antes, ocupavam a área, ambos entre 1995 e 2002.

Entendemos que a nova etapa de acumulação do capital iniciada a partir da crise do petróleo em 1973, segundo Harvey (2004, p. 150), estabeleceu as condições para a instauração de uma nova configuração no sistema produtivo e, conseqüentemente, espacial. Esse processo teve repercussões no Brasil e no Ceará. Ao contrário do que propagaram os empresários políticos, não foram as ideias de modernização que promoveram a modernização, e sim a necessidade do capitalismo, com sua lógica de expansão para superar as crises, que criou a necessidade de fazê-las conforme Moraes (1987, p. 60-61).

Nesse sentido, o CIPP é um marco dessa reestruturação socioespacial, pois compreende a instalação de um parque industrial de base, ligado a um porto. Apontado como uma saída para o Ceará resolver os graves problemas sociais e o atraso econômico, essa realidade não tem se confirmado.

A pesquisa tem como objetivo específico estudar o processo de expulsão das comunidades na área, que compreende as instalações do complexo industrial a partir da Pastoral do Migrante entre os anos 1995 a 2002. Pretendemos confirmar que o processo de modernização econômica pensado pelos empresários políticos foi realizado de forma a submeter o Estado à lógica das desigualdades econômicas e espaciais conforme menciona Pereira Júnior (2011, p. 24), transformando-o num instrumento dos interesses gerais da burguesia e de sua fração, que tomou o Estado e o submeteu à lógica da globalização. Para Harvey (2006, p. 84) a ascensão do termo globalização, representa uma profunda organização geográfica do capitalismo, possibilitando a compreensão dos processos mais gerais da luta de classes e entre os lugares.

Na execução da pesquisa, fizemos levantamento bibliográfico, abrangendo autores que se debruçaram sobre a história social e econômica do Brasil, nas escalas nacional, regional e local. Além do levantamento bibliográfico, que inclui teses e dissertações sobre a problemática abordada em nível local, a pesquisa compreendeu trabalhos de campo na área de estudo com o objetivo de conhecer algumas das comunidades removidas, mudanças na

infraestrutura urbana e industrial. Fizemos, ainda, entrevistas com alguns agentes que moram e trabalham na área e uma visita técnica na siderúrgica.

Alguns dos trabalhos de campo foram feitos em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). O trabalho de campo, também, compreendeu a ida a órgãos do Estado e da sociedade civil, como Organizações Não Governamentais (ONGs), e a participação em eventos acadêmicos e políticos sobre a problemática geral. Nessa etapa foi feita a organização de um banco de dados digital com documentos, teses, dissertações e artigos, além de material impresso.

Esta é uma pesquisa de base documental, na qual utilizaremos como fonte os relatórios do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), nos quais constam, além de documentos dos órgãos do Estado, atas de atividades assim como de visitas das missionárias que estiveram durante 8 anos vivenciando a realidade local, e de um riquíssimo registro fotográfico das comunidades do entorno do CIPP, um relato direto e indireto do processo violento que as comunidades viveram com a implantação desse projeto de territorialização do capital. Esse trabalho missionário está organizado e sistematizado em um relatório anual, no qual contém, além de um rico registro fotográfico das paisagens da época, atas de reuniões entre as comunidades, das comunidades com os representantes do governo e suas secretarias bem como das avaliações que o SPM fazia das suas atividades.

As visitas de campo possibilitaram conhecer melhor a área, conhecer pessoas da comunidade e pesquisadores que pudessem nos ajudar a respeito dos processos que ocorrem atualmente e que ocorreram no processo de expulsão das comunidades dos seus locais de origem. A participação em eventos, como o projeto Ceará 2050, Seminário “O Futuro do Nordeste”, realizado em março de 2018, e “III Seminário Internacional de Políticas Públicas Inovadoras para Cidades”, em março de 2019, possibilitou ampliar uma análise do planejamento de longo prazo feito pelo Estado, confirmando a perspectiva em intensificar o processo que vem se dando de modernização das relações capitalistas de produção.

As visitas técnicas em instituições do Estado, como a Assembleia Legislativa do Ceará (ALCE), Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), Ministério Público Federal (MPF), Comissão de Altos Estudos da ALCE, tiveram o objetivo de colher informações, documentos e dados sobre as ações desenvolvidas na área, contudo só obtivemos resposta do EFTA, as demais não forneceram ou alegaram não ter as informações

solicitadas, quais sejam: levantamento fundiário, atas das reuniões e processos judiciais.

As visitas técnicas nas Organizações Não Governamentais, como o Instituto de Memória do Povo Cearense (IMOPEC) e Instituto TERRAMAR, possibilitaram o acesso a documentos e a publicações que foram incorporados na pesquisa. A pesquisa nas bibliotecas públicas Menezes Pimentel, da UFC, UECE e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), também possibilitaram recolher notícias de jornais, bibliografia e documentos a respeito da temática. Do serviço de arquivo dos jornais estaduais somente o do Jornal Diário do Nordeste esteve disponível, ao qual recorremos a algumas notícias. Jornal O Povo e O Estado, infelizmente, não estavam disponíveis.

O trabalho de campo compreendeu, também, visitas à área da pesquisa com o objetivo de fazer um reconhecimento da área, procurar alguns sujeitos que moram, trabalham, desenvolvem pesquisa ou que atuam nos movimentos sociais. O caderno de campo foi fundamental para organizar informações, registrar depoimentos e acontecimentos relevantes. Fizemos visitas em três assentamentos: Novo Torém, Forquilha e Munguba, onde pudemos gravar depoimentos e fazer registro de fotos. Também visitamos as instalações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), onde nos foi feita uma apresentação técnica da empresa e de loteamentos de alto padrão e popular.

Tivemos a oportunidade de participar de aulas de campo com estudantes, professores e pesquisadores de Universidades, Instituto Federal, Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) e a ONG Projeto Alternativo do Cone Sul (PACS). Nesses trabalhos pudemos conhecer como as diferentes áreas da ciência abordam a temática, o que nos possibilitou ampliar o conhecimento sobre as problemáticas que o Complexo do Pecém vem provocando na área, muito embora as pesquisas e atividades desenvolvidas no presente abordavam, em sua grande maioria, os impactos após a construção e inauguração do porto.

Além do mais, participamos de um acampamento popular realizado na localidade da Parada, em São Gonçalo do Amarante, em julho de 2018, onde, por quatro dias, pudemos compartilhar experiências de luta e resistência contra a perfuração de poços para abastecimento de água para a atividade industrial no Complexo. A participação no acampamento possibilitou uma leitura do processo o qual vem se desenvolvendo ao longo dos anos, que é a continuidade do processo de territorialização das obras do Complexo do Pecém, da ação do Estado, como principal agente e de como a população local percebe as obras.

O levantamento bibliográfico consistiu na organização de uma literatura que servisse de instrumento para uma leitura escalar das alterações ocorridas na escala nacional, regional e local.

Na bibliografia geral, utilizamos a teoria do desenvolvimento desigual e combinado do marxista Russo Leon Trotsky e do Geógrafo escocês Neil Smith. Embora esta teoria tenha sido elaborada em outro país, compreendemos que ela responde a especificidade de países de capitalismo atrasado, como é o caso do Brasil. As tarefas democráticas burguesas de resolução das desigualdades regionais não poderão ser realizadas nos marcos do capitalismo, principalmente porque estamos vivendo sua fase de decomposição, a fase imperialista (LENIN 2011, p. 217), com predomínio dos monopólios internacionais sobre as economias nacionais.

Nossa principal referência no debate sobre a questão regional e o papel do Estado é a obra do sociólogo marxista Francisco de Oliveira e seu clássico, “Elegia para uma Re(li)gião”, por tratar do Nordeste. Na bibliografia sobre o Estado do Ceará, nossas principais referências foram: Lemenhe (1996); Teixeira (1995); Pereira Junior (2011). Esses autores nos oferecem instrumentos teóricos para compreender as transformações materiais que ocasionaram o processo de modernização do qual procuramos tratar ao longo da pesquisa.

Quanto à pesquisa local, nossas principais referências foram os arquivos da Pastoral do Migrante, com um rico registro de documentos, matérias de jornal, relatos e fotos. Esses arquivos foram encontrados a partir da memória feita pelo professor Levi Furtado, do trabalho que a Pastoral do Migrante realizou junto a outros movimentos sociais, professores e estudantes da universidade. Com a ajuda da Professora Maria do Céu de Lima, que também participou a época da mobilização, representando o Departamento de Geografia da UFC, houve acesso a alguns documentos e, principalmente, de alguns passos a serem dados para realizar a pesquisa e do IMOPEC, através de Célia Guabiraba, a qual, gentilmente, nos recebeu em sua casa, cedendo materiais solicitados, muitos dos quais foram incorporados no texto.

Além disso, pudemos arquivar alguns documentos, como relatórios e arquivos, através da assessoria da Geógrafa Erica Pontes, do mandato do deputado estadual Renato Roseno do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Grande parte dos arquivos referentes às mobilizações sobre o CIPP que tivemos acesso é do atual período e serviram para fazermos uma análise do processo contínuo da territorialização das indústrias na área. Isso também se passou com arquivos do EFTA, através de advogada Julianne Melo. Os arquivos estão organizados para futuras pesquisas, aprofundamento e mesmo o compartilhamento com outros pesquisadores que queiram iniciar seus trabalhos na área. Esse percurso, o qual inclui conversas e leituras, apenas ratificou nosso objetivo de fazer uma pesquisa com um recorte anterior da inauguração do porto, trata-se de uma tentativa de resgatar a memória dos que

lutaram e resistiram às várias ações do Estado para a concretização do porto do Pecém.

Como parte da metodologia, consideramos as conversas e sugestões com colegas e companheiros das lutas e da vida, como os parceiros do Laboratório de Estudos Agrários, Territoriais e Educacionais (LEATE), do Núcleo de Estudos Sobre Memória e Conflitos Territoriais (CONTER) e de colegas professores. Essa pesquisa foi importante tanto para consolidar nosso compromisso com os movimentos sociais no qual iniciamos o engajamento como estudante secundarista nas campanhas contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); nas lutas estudantis pelo passe livre para estudantes e desempregados; nas mobilizações, ocupações e congressos na universidade; nas lutas populares por moradia e direitos, além de tantas outras lutas em defesa da educação na Educação Básica da rede estadual do Estado do Ceará, na qual, até hoje, aprendemos com colegas de profissão e camaradas de luta.

A pesquisa foi estruturada da seguinte forma: na introdução expusemos os passos teórico-metodológicos percorridos durante a pesquisa, apresentando o tema e a problemática a ser estudada. No segundo capítulo procuramos tratar da economia brasileira, como uma economia dependente, que foi incapaz de completar as tarefas democráticas burguesas¹, daí a permanência de profundas desigualdades socioespaciais e de como o Nordeste se configurou como uma região que reproduz essas desigualdades. No terceiro capítulo fizemos uma revisão da literatura a respeito dos empresários políticos que se apossaram do poder político no Estado do Ceará e o inseriu dentro da lógica da nova etapa de acumulação no qual o capitalismo passa. O intento desse grupo foi instrumentalizar o Estado de modo a impulsionar as condições técnicas, algumas já criadas ainda no governo de Virgílio Távora, para a modernização econômica dos grandes projetos de infraestrutura, entre eles as obras do Complexo do Pecém, nosso objeto. No terceiro e último capítulo, considerado como a principal parte da pesquisa, procuramos fazer uma abordagem geográfica do processo de expropriação das comunidades camponesas, expulsas de suas terras e dos seus modos de vida. Nessa etapa da pesquisa, procuramos ressaltar o papel que a Pastoral do Migrante teve na organização e resistência dessas comunidades.

Os relatórios da Pastoral do Migrante, principal base da pesquisa, são uma fonte muito rica, ao mesmo tempo em que encontramos dificuldade de explorá-los. A partir deles, fomos descrevendo os principais processos a partir de registros fotográficos e escritos do

¹ As tarefas democráticas burguesas são as reformas que a burguesia fez para consolidar seu regime na Europa. Nos países dependentes, essas tarefas não foram realizadas, cabe ao proletariado, em aliança com as demais classes oprimidas, assumi-las.

avanço das obras. Tivemos a preocupação para que o leitor não lesse um relatório de um relatório e, ao perguntar ao professor qual a relevância da pesquisa, ele disse que trazer a público o material da pastoral já seria uma grande contribuição. Mas, acredito que, além de trazer para o público a experiência das irmãs com suas preocupações, as dificuldades e os conflitos, é uma experiência que deve ser assimilada para a militância social de modo geral, para quem está lidando com o Estado.

Por meio da pesquisa, procuramos mostrar como atuou e como tem atuado o Estado em processos de remoção, dividindo as comunidades, cooptando certas lideranças, atuando por meio da violência física e simbólica. As comunidades, por outro lado, não podem ser vistas apenas como vítimas, como derrotadas, e o relato mostra que as pequenas vitórias, as batalhas, os processos foram importantes para o aprendizado individual e coletivo, não pararam, estão em aberto, outras infraestruturas estão por vir. O leitor atento irá perceber a Geografia social desenvolvida pela Pastoral do Migrante junto às comunidades.

Os relatórios foram todos digitalizados e estarão à disposição das comunidades e dos pesquisadores, um trabalho apoiado pelo professor Mario Martins do Departamento de História da UFC e irá possibilitar que outros pesquisadores possam investigar como se deu a atuação da Pastoral do Migrante, a qual mostrou que é preciso refletir sobre o que se faz, a repensar as ações e, quando for o caso, a abandonar os métodos que estão sendo testados e que não se adequam para aquela realidade. Os materiais organizados e sistematizados nos relatórios são verdadeiros métodos de pesquisa social, estão fora do padrão acadêmico e suas normas, contudo conseguem ter um alcance maior do que muitos deles, pois foram pensados na perspectiva de emancipação política e humana, estão de fato comprometidos com a transformação da realidade.

Quanto ao método, adotamos a concepção de Moraes e Costa (1999, p. 35), “trabalharemos o temário geográfico a luz do materialismo histórico e dialético. [...] para o marxismo, só a perspectiva de transformar o mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo”. Para estes autores, o método de interpretação diz respeito às concepções de mundo do pesquisador, da ideologia e da sua posição política. Já o método de pesquisa refere-se às técnicas e às tarefas utilizadas em determinado estudo (MORAES; COSTA 1999, p. 27).

O recorte temporal em que a pesquisa foi desenvolvida considera o tempo em que a Pastoral do Migrante esteve presente na área do Pecém, desenvolvendo o trabalho missionário realizado pelas irmãs scalabrinianas, que registraram o problema a partir da intervenção com o projeto social desenvolvido na área. Sabemos que algumas das consequências da instalação das obras só puderam ser observadas na atualidade com a

instalação do CIPP, como é o caso do aumento dos problemas de saúde decorrentes da poluição, da violência, do tráfico de drogas etc., como tem apontado o diagnóstico “Cenário Atual do Complexo Industrial e portuário do Pecém”, entretanto não iremos nos debruçar sobre ele, uma vez que existe uma vasta literatura que aborda o assunto.

Nessa perspectiva, procuramos, no IDACE, informações sobre o processo inicial de desapropriações, o número de famílias indenizadas, os tipos de indenizações e a compensação a outros danos causados à comunidade local. Contudo, não obtivemos informações deste, assim trabalharemos com os documentos dos relatórios do SPM e matérias de jornais da época. Desde a sua instalação, as obras do CIPP têm sido questionadas pela população local, que reclama dos empregos prometidos e melhoria das condições de vida. Na atualidade muitos problemas se agravaram e outros apareceram com a instalação do Complexo, que, ainda, está em andamento, assim como as mobilizações por direitos das comunidades localizadas no seu entorno.

Ainda, a participação na ocupação na comunidade da Parada em junho de 2018 faz parte do método da pesquisa participante, essencial na pesquisa qualitativa para a compreensão da realidade e suas múltiplas variáveis e natureza do estudo. Pudemos observar a dificuldade de mobilização mais ampla contra a perfuração dos poços para fornecer água para as indústrias do CIPP. Além do mais, as fotografias dos objetos e das paisagens registram as transformações que ocorreram com a chegada das obras de infraestrutura, do trabalho de mobilização nas comunidades e das paisagens antes da instalação das obras.

2 A ECONOMIA BRASILEIRA DEPENDENTE E O NORDESTE

O processo de colonização e introdução das relações capitalistas de produção no Brasil o colocou na Divisão Internacional do Trabalho na condição de país dependente². O que significa dizer que a economia brasileira, desde o seu nascedouro, foi subordinada aos interesses do capital externo através da dependência econômica, política e tecnológica. Desde a colonização, o Brasil foi inserido na economia mundial como fornecedor de matérias-primas e produtos agropecuários, somente no início do século XX é que as primeiras iniciativas de industrialização, a partir do papel do Estado e dos capitais excedentes da economia cafeeira, vão lograr sucesso no intento de implantar um parque industrial no país.

Uma das características marcantes da condição de país dependente é um desenvolvimento econômico desigual e combinado tal como apresentado pelo marxista Trotsky (1977, p. 25):

[...] a desigualdade de ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amalgama das formas arcaicas com as modernas.

Esse fenômeno está presente no Brasil e é apontado como um entrave ao pleno desenvolvimento econômico e das relações capitalistas de produção, o que gera particularidades em como as regiões estão integradas e articuladas com os centros de produção e distribuição. A indústria brasileira já nasce com as formas mais modernas sem percorrer as etapas intermediárias pelas quais os países de capitalismo avançado percorreram.

Apesar do desenvolvimento das forças produtivas industriais e das relações de produção capitalistas, no final do século XIX e, mais especificamente, a partir da década de 1930, quando o capitalismo já havia consolidado a sua fase imperialista, o Brasil não conseguiu superar a sua condição de exportador de matérias-primas e produtos agropecuários, tendo em vista que o desenvolvimento industrial de certos ramos esteve sob o controle dos monopólios e do capital financeiro internacional. Estes, por sua vez, acumulados e

² A teoria da dependência é uma formulação teórica desenvolvida por intelectuais como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra entre outros e consiste em uma leitura crítica e marxista da inserção dos países subdesenvolvidos na economia mundial.

concentrados nos países centrais, retornam à América Latina para direcionar seus investimentos em atividades primárias, produzindo e retroalimentando a dependência. Nesse sentido, Marini (2011) afirma:

É interessante observar que, a partir de um certo momento, as mesmas nações industriais exportarão seus capitais para a América Latina, para aplicá-los na produção de matérias primas e alimentos para exportação. Isso é, sobretudo visível quando a presença dos Estados Unidos na América Latina se acentua e começa a deslocar a Inglaterra (MARINI, 2011, p. 137).

Ao tratar da divisão territorial do trabalho, Goldenstein e Seabra (1980) discorrem sobre a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, do início da colonização até o início do século XX, quando o país passa, pela primeira vez, a organizar uma divisão regional interna do trabalho. Antes disso, as diversas regiões estavam ligadas diretamente aos centros do capitalismo mundial e só a partir da expansão da economia cafeeira é que o país vai adquirir dinamicidade na sua economia.

A burguesia brasileira, por sua relação como sócia menor da burguesia imperialista e associada à grande propriedade latifundiária, não foi capaz de romper com o controle das forças produtivas internas e resolver as tarefas democráticas pendentes, tais como: a questão agrária, a conquista da soberania nacional, o controle das fontes de matérias-primas, a superação dos problemas sociais e dos desequilíbrios econômicos regionais. Essas tarefas do capitalismo dependente, no qual está inserido o Nordeste brasileiro, passaram às mãos do proletariado, apoiado na maioria nacional oprimida (campesinato, classes médias arruinadas), que terá de conjugar a resolução das tarefas democráticas burguesas às tarefas propriamente socialistas.

2.1 Nordeste: de região problema a nova fronteira de expansão do capital

A economia brasileira é marcada pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, tal como apresentada por Trotsky, (1977). Significa dizer que, em plena fase de modernização capitalista, a economia do país conjuga as formas mais avançadas da técnica e do desenvolvimento capitalista (maquinário moderno, tecnologias e organização da produção) com as formas mais atrasadas de caráter pré-capitalista (técnica rudimentar, formas de trabalho familiar ou em situação de escravidão, dependência econômica etc.), expressas nos desequilíbrios regionais.

A Região Nordeste, que no início da colonização concentrou a riqueza do Brasil

com a atividade canavieira e a pecuária extensiva, cumpriu o papel de fornecedor de produtos primários à metrópole portuguesa. A produção monocultora do açúcar nos engenhos nordestinos foi acompanhada da pecuária extensiva de corte e das atividades da agricultura camponesa. Muito importantes para a ocupação efetiva do território nordestino, estas atividades foram dominantes até o século XVIII. Com a crise do ciclo de produção de açúcar e a exploração do ouro em Minas Gerais, houve um deslocamento do centro econômico para o Sudeste, que se firmou como a região mais dinâmica para o capital, principalmente com a consolidação da cafeicultura em São Paulo e das atividades ligadas a ela.

O declínio da produção açucareira em razão da concorrência das Antilhas Holandesas (século XVIII) e o aumento da demanda do algodão em decorrência da guerra de secessão nos Estados Unidos impulsionaram uma nova dinâmica na produção do espaço nordestino. Este passou a ter novos agentes ligados ao comércio exportador, reorganizando a atividade econômica regional e a situação das elites agrárias, induzindo a um maior controle do Estado. O Ceará reuniu as condições políticas e naturais para essas transformações sintetizadas no binômio gado-algodão.

Apesar da cotonicultura e da atividade cacaueteira no início do século XX, a economia nordestina continuou atrasada. Permaneceu a involução da agroindústria canavieira no conjunto da economia regional tal como a presença de pequenas e médias indústrias para atender as necessidades locais e pequena produção camponesa para suprir a subsistência familiar. O resultado foi a contínua diminuição da participação do Nordeste no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O aumento da concentração de terras e os problemas decorridos deste, como a concentração de riquezas, somados a longos e sucessivos períodos de estiagem na região, agravaram a situação de miséria, reproduzindo no imaginário coletivo a ideia de Nordeste como uma região problema (FURTADO, 1991), cuja explicação da miséria estaria nas condições naturais.

No Sudeste brasileiro, ao contrário, o aumento das exportações de café, decorrente do comércio internacional da *commodities*, possibilitou uma acumulação de riquezas e a produção de um excedente de capitais, favorecendo o surgimento de uma burguesia interna e de uma elite política ligada a esta. Estavam criadas as bases de interesses para o surgimento da indústria brasileira a partir de São Paulo. A acumulação de capital proporcionada pela expansão da produção cafeeira no século XIX, a política de substituição de importações e os fortes investimentos a partir da década de 1930 pelos chamados governos nacionais desenvolvimentistas criaram as condições para um desenvolvimento industrial. Desde sua origem, esse desenvolvimento, porém, esteve atrelado aos fluxos de capitais internacionais.

O desenvolvimento industrial se concentrou na região Sudeste. As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste permaneceram à margem do processo de industrialização mesmo com as iniciativas da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) surgidas nas décadas de 1950 e 1960 para minimizar os desequilíbrios regionais. Embora essas políticas tenham sido insuficientes, provocaram mudanças no interior do Nordeste, como nos fala Smith (1988, p. 12),

As políticas governamentais objetivando a descentralização industrial regional podem não ter alcançado o sucesso almejado, mas são responsáveis por mudanças significativas na geografia regional da nação.

Essas regiões, porém, continuam em grande medida, dependentes do comércio, do setor de serviços e das atividades agroexportadoras. Para Oliveira (1977), Goldenstein e Seabra (1980), a permanente redivisão territorial do trabalho é um dado da dimensão econômica e das relações entre as classes sociais, uma luta do capital para desorganizar a força de trabalho e reorganizá-la sob piores condições a fim de impedir que se transforme em classe para si.

Com a consolidação da indústria moderna no Brasil, na segunda metade do século XX, e a necessidade da burguesia nacional de integrar as várias regiões, a saída apontada para a superação do atraso econômico nordestino foi a via da industrialização, pensada a partir do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), o que veio a ser impulsionada pela criação das agências estatais de desenvolvimento, como a SUDENE, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE³) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Todavia, o início da industrialização nordestina com o mecanismo 34/18⁴ não solucionou o problema da desigualdade regional, da dependência e da subordinação ao Sudeste.

As transformações econômicas mundiais impulsionavam a produção do espaço nacional. O Brasil, que já estava ligado à economia mundial desde o processo das grandes navegações como produtor de matérias-primas através do sistema colonial escravista, agora era impulsionado por novas dinâmicas. Estas articulavam mais rapidamente o espaço nacional na unidade econômica sob a batuta de um Estado centralizado. A industrialização no Nordeste

³ A atual denominação com o “S” foi efetivada em 1982 com o Decreto-lei nº 1.940.

⁴ Mecanismo de incentivo para atração de indústrias no Nordeste.

avançava e novos agentes sociais atuavam no processo de continuidades, após a Segunda Guerra Mundial.

Tais estruturas são tratadas na literatura especializada ora como “frentes de expansão”, ora como “pólos dinâmicos”, ora como “manchas ou focos” de dinamismo e até como “enclaves”. Dentre eles, cabe destaque para o complexo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo minero-metalúrgico de Carajás. (BACELAR, 2002, p. 12).

A indústria nordestina concentrou-se em algumas regiões metropolitanas próximas às grandes capitais. De maneira geral, no lugar de diminuir os desequilíbrios regionais brasileiros, eles permanecem, mostrando a incapacidade das oligarquias capitalistas em resolvê-los. A pobreza continua a ser uma das marcas do Nordeste quando vista no contexto nacional e, apesar de as novas dinâmicas econômicas na Região e mesmo das taxas de crescimento econômico das últimas décadas apresentarem índices maiores que a média nacional, essa característica permanece. Para romper “o atraso econômico”, a saída apontada por setores da burguesia foi a proposta de industrialização como forma de superar as dificuldades geradas pela velha base agroexportadora, para isso o papel do Estado foi determinante como indutor desse modelo econômico.

A partir dos anos 60, impulsionadas pelos incentivos fiscais (34/18 – Fundo de Investimento no Nordeste - FINOR e isenção do imposto sobre a renda, principalmente), por investimentos de empresas estatais do porte da PETROBRAS (na Bahia) e da Vale do Rio Doce (no Maranhão), complementados com créditos públicos (do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco do Nordeste do Brasil - BNB, particularmente) e com recursos próprios de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas (e dentro delas, as atividades industriais) ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste e passam a comandar o crescimento da produção nessa região brasileira, rompendo a fraca dinâmica preexistente. (BACELAR, 2002, p. 4).

As mudanças na composição do capital e seu funcionamento, ocorridas a partir da década de 1970, vêm provocando modificações nas atividades econômicas nordestinas como destaca Bacelar (2002):

[As] mudanças ocorreram no perfil produtivo da agropecuária nordestina. A partir dos anos 70, enquanto se reduzia a área cultivada com algodão, mamona, mandioca, sisal, expandia-se a área ocupada com cana-de-açúcar, arroz, cacau, feijão, laranja e milho. Ao mesmo tempo, algumas culturas não tradicionais na região, pelo valor de mercado relativamente alto que possuem, apresentaram peso crescente na produção regional: é o caso de frutas como mamão, manga, melancia, uva (nas áreas irrigadas pelo São Francisco), do cacau e abacaxi (em manchas favoráveis do sertão e agreste)

e do tomate, café, soja e borracha (em áreas favoráveis do São Francisco, do agreste, do cerrado e da Zona da Mata, respectivamente). (BACELAR, 2002, p. 8):

A unidade geral da burguesia em submeter o Estado à lógica da economia globalizada através de grandes projetos modernizantes, tais como uma complexa rede de infraestruturas de rodovias, grandes barragens, portos, aeroportos e ferrovias para impulsionar as atividades, como o turismo de massa, a indústria de base e o agronegócio, tem promovido a espoliação e a perda das identidades culturais das comunidades onde tem se instalado.

2.2 Os coronéis e os empresários políticos: agentes da modernização

Um grupo de jovens empresários, que recebeu da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), o Centro industrial do Ceará (CIC), encontrou, neste espaço, as condições para por em prática as ideias modernizadoras que colocavam em xeque a sociedade brasileira de fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. Estavam colocadas as condições para que estes empresários políticos substituíssem o poder coronelístico, arvorando-se de serem eles os portadores da época do esclarecimento (TEIXEIRA, 1995, p. 3). O CIC se constituiu, então, no comitê desses empresários, que organizavam palestras, assumiam um discurso contra o status quo, prometiam libertar os indivíduos e o Estado do mando coronelístico, uma verdadeira vanguarda das ideias modernizantes.

Os empresários cearenses, que estavam organizados no CIC, apossaram-se do poder político do Estado e substituíram a oligarquia dos coronéis, assentada no clientelismo, por uma administração, sob seu controle, que pudesse consolidar a fração burguesa industrial em ascensão no poder político do Estado. Essa fração burguesa foi herdeira do projeto de modernização econômica dos mesmos coronéis, deslocados do poder, mas que, apesar de iniciar os grandes projetos modernizantes, não foi capaz de ser a porta-voz da transformação social que o capital exigia.

Contudo, apesar da mudança nas atividades econômicas que se desenhavam nos anos 1980 quando o Ceará recuperou o poder de investimento, cresceu o PIB e aumentou a participação da renda local e nacional, a gestão dos empresários políticos não representava uma ruptura com o passado recente de então. Autores, como Lemenhe (1996) e Teixeira (1995), afirmam que o que o CIC fez foi intensificar o processo de inserção das relações capitalistas de produção, principalmente no campo, fator que explica o porquê de o mandonismo, pilar do poder dos coronéis, ter sido abalado. Foi sob o governo de Virgílio

Távora que as forças produtivas locais deram um salto, com o plano de ampliação de rodovias, a chegada da energia de Paulo Afonso, que possibilitou a instalação de plantas industriais maiores e a instalação do terceiro polo metal mecânico do Nordeste, assim como um sistema de telecomunicações e a ampliação do sistema de ensino, conforme Teixeira (1995, p. 9).

Uma das principais transformações foi a que se deu no setor agrícola do Estado quando a maior parte da produção deixou de ser para o consumo de subsistência e assumiu o valor de mercadoria. A produção agrícola passou a ser destinada principalmente para os centros urbanos.

Quando os produtos da agricultura se transformam em mercadorias, quando o produtor rural deixa de produzir para o consumo e passa a produzir para o mercado, em síntese, quando sua produção assume a forma de mercadoria, as antigas relações entre os empregados e os proprietários de terra mudam radicalmente. Com efeito, o antigo morador, o meeiro ou o arrendatário, que recebiam do latifundiário um pedaço de terra para explorá-lo em troca de uma renda, geralmente paga em produtos, passam daí em diante, a se relacionar com seu antigo patrão como vendedores de força de trabalho (TEIXEIRA, 1995, p. 9).

Essas transformações no mundo do trabalho são as responsáveis pela quebra na confiança e lealdade que depositavam no patrão, com isso as relações de lealdade e gratidão (LEAL, 2012, p. 132) se perdem e, com eles, o poder do mando coronelístico. A modernização que se dava nas relações de produção com o avanço das relações capitalistas de produção avança rumo à administração do Estado. Os empresários políticos, como homens práticos na gestão de seus interesses assumem o poder do Estado, que passa não só a mudança na administração, mas também passa a ter um caráter desenvolvimentista, um Estado empresário, capaz de acumular recursos públicos para poder investi-los em infraestruturas capazes de reproduzir nas condições em que o capital necessita, os fundos públicos passam a ser a alavanca do processo de acumulação de capitais.

Nesse contexto, Francisco de Oliveira (1977) diz que “não será nenhuma ciência social que irá recuperar as vidas dos que tombaram, essas só serão recuperadas com a instauração de uma nova História”, (OLIVEIRA, 1977, p. 17). Assim como ele, nosso objetivo ao criticar os empresários políticos não é o de saudar o passado quando os coronéis estavam no poder de Estado, mas dizemos que este Ceará não é fruto dos empresários políticos mais modernos. Este atual Ceará é, antes, fruto das condições sociais que o capitalismo em sua etapa monopolista engendrou, e os agentes que o conduziram, apesar de lançar mão de um discurso de ruptura, na verdade, apenas deram continuidade ao processo que já ocorria,

por vezes chegaram a reproduzir as velhas práticas do mandonismo e clientelismo que criticaram. Assim como Oliveira (1977, p. 17), parafraseamos que o que a burguesia cearense foi forçada a fazer, inclusive abandonar os coronéis, não melhorou as condições materiais gerais do povo, estas dependem do desenvolvimento das forças produtivas e da apropriação por parte deles. Assim, o que os empresários políticos fizeram foi criar as condições para que ambas sejam feitas.

Ao contrário dos filósofos idealistas que enfatizam o papel das ideias como motor do processo histórico, Marx vai privilegiar a ação concreta dos indivíduos reais, as condições materiais de vida e as condições gerais de sua existência. Segundo ele, a evidência, tanto da ação dos indivíduos, quanto das condições em que se dá esta ação, não carece do recurso de ideias pré-concebidas ou dogmas, podendo ser captada pela via puramente empírica. A existência de indivíduos reais e o modo como eles produzem os seus meios de vida são o pressuposto de toda história humana.

As mudanças que vinham ocorrendo na economia cearense, a partir do processo demodernização das relações capitalistas de produção, provocaram uma ruptura nas relações políticas que caracterizaram os governos dos coronéis. Apesar das mobilizações do final da década de 1970 que exigiam mudanças políticas na realidade brasileira, outro processo, no interior da burguesia, colocava em lados opostos as frações ligadas ao antigo regime e as ligadas a um segmento com perfil empreendedor, com formação superior e mais jovem. A oposição entre essas frações não se dava no campo do projeto econômico, já que ambas as frações apostaram no processo de industrialização do Estado como uma saída para a superação do “atraso econômico”, aliás podemos dizer que a fração “moderna” é herdeira do projeto político da primeira. Lemenhe, em “Família, Tradição e Poder”, assinala que as mudanças socioeconômicas que estavam ocorrendo no Ceará não se reduziam a uma disputa entre a fração burguesa de base agrária versus a fração urbano industrial.

A centralidade que assume a contraposição entre “forças do atraso” (personificada pelos velhos coronéis) e “forças modernas” (personificadas pelos jovens empresários), operados no campo simbólico pelos atuais dirigentes do Ceará nos embates políticos do passado próximo e do presente, tem suscitado o entendimento de que a renovação dos quadros políticos do Estado é o coroamento de um projeto burguês, ou em termos weberianos, de uma dominação racional legal, que se coloca no lugar de um cristalizado domínio tradicional de base agrária. (LEMENHE, 1996, p. 182).

Desse modo, essa disputa arrastou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) a comporem a coligação que elegeu Tasso Jereissati

em 1986⁵. Lemenhe (1996, p. 183), mesmo reconhecendo que a fração vitoriosa, o CIC, representava os interesses urbano-industriais, foi o grupo representado pelos coronéis, o responsável pela dinamização industrial. Trata-se, portanto, de não reduzir o entendimento das mudanças políticas no Ceará como produto da ação de sujeitos singulares, portadores de uma missão histórica, como o CIC tem-se apresentado. Até porque não devemos nos esquecer das ações concretas dos novos empresários a despeito de suas práticas discursivas.

A dinamização dos segmentos industriais antecede o governo das mudanças, com isso podemos dizer que os coronéis criaram as condições para que o CIC pudesse se colocar como o legítimo representante do projeto modernizador no controle do Estado, o que se consolidou mais rapidamente pelo fato de que foi o capital local o principal investidor do segmento industrial, introduzindo transformações internas das camadas proprietárias no Estado.

A tentativa de afirmar um projeto de modernização pautado numa proposta de integração irrestrita ao mercado e à dinâmica da mundialização foi um dos fatos mais marcantes a atingir o Ceará nas últimas décadas. O componente central que deve ser destacado na leitura dos acontecimentos é o papel decisivo das forças públicas na consolidação do processo. (JUNIOR, 2011, p. 20)

Quanto ao papel do CIC e da FIEC, o primeiro se colocou como uma vanguarda empresarial no processo de mudanças na gestão do Estado. Além disso, Virgílio Távora foi apoiado pelo CIC em 1979, apesar de praticar a política tradicional entre outros, porque já se colocava por uma política industrialista como mostra a iniciativa que teve na elaboração dos Planos de Metas Governamentais (PLAMEG), além de congregar de prestígio pessoal junto às autoridades federais, “Em síntese, Távora se colocava dentre as antigas lideranças do Estado como a expressão mais completa de chefe oligarca modernizador”. (LEMENHE, 1996,p. 201).

Ainda, Lemenhe (1996, p. 212) lança luz sobre as mudanças na base socioeconômica, as quais explicariam as modificações no sistema de lealdade de base agrária e, entre elas, estão: complexificação da estrutura de classes, em que houve uma presença ampliada dos trabalhadores industriais e do comércio em decorrência da expansão

⁵ As correntes adeptas do stalinismo ainda seguiam a linha da revolução por etapas. Essa linha tinha sido pensada no interior da Internacional Comunista, no seu 4º congresso em que orientava os partidos comunistas a apoiarem as chamadas burguesias progressistas contra a ala conservadora e atrasada das burguesias nacionais, criando as bases econômicas e políticas para que o proletariado e demais oprimidos pudessem avançar com o projeto socialista.

dos segmentos empresariais; organização em entidade de classe, ampliando o movimento de contestação que leva à eleição de Maria Luiza Fontenele à prefeitura de Fortaleza; o abalo do sistema de valores expressos nas noções de gratidão e lealdade em função da incapacidade das antigas lideranças de se reproduzirem no poder. Além disso, ocorreram mudanças na economia e sociedade agrária: modernização da economia no sentido da expansão das relações capitalistas e desarticulação da economia algodoeira; e incorporação de meios técnicos e do trabalho assalariado na fruticultura, avicultura, pecuária e agroindustrial, sendo que, na pecuária, a introdução do trabalho assalariado promoveu a expulsão do morador de favor.

Terras ocupadas pela agricultura praticada pelos moradores-parceiros vão cedendo lugar ao gado. O sistema de parceria é preservado, mas dissociado da moradia no interior da propriedade. Por outro lado, a substituição do algodão arbóreo pelo herbáceo – isto é, de uma cultura de longo ciclo por uma cultura anual – agrava o processo de expulsão, ao mesmo tempo em que retira dos parceiros os “direitos” da indenização sobre “bem de raiz” que as regras informais fixadas pela tradição asseguravam. (BARREIRA, 1992, p. 142 *apud* LEMENHE, 1996, p. 213).

“Expropriação e abalo do sistema de lealdade se conjugam para a emergência de conflitos entre trabalhadores e proprietários”, diz Lemenhe (1996, p. 214). Esta foi a forma como a luta de classes se dava no campo, assim o processo de modernização acabou provocando uma expulsão dos camponeses e estes estavam “livres” do voto de cabresto. Essa situação se agravou com a seca que assolou o Estado no início dos anos 1980, provocando uma série de conflitos entre proprietários e moradores, o que veio a fortalecer movimentos agrários. Os empresários políticos se colocaram como a ruptura desse sistema de representação e capturaram os anseios do povo que estavam sem independência política frente às frações burguesas em disputa.

Rejane Vasconcelos, ao mostrar as transformações pelo qual o Estado vinha passando, aponta que a

Política de desenvolvimento rural, que no Nordeste foi acionada no início da década de 1970, acentuou o caráter de mercadoria da terra, que nos projetos de financiamento, passou a ser contabilizada como capital do proprietário. Tal fato teve implicações não apenas sobre o uso da terra, mas de modo espacial, sobre as relações de trabalho tradicionais do complexo latifúndio – minifúndio sintetizadas nas relações mantidas entre patrões e trabalhadores “moradores” e ou “parceiros”. (VASCONCELOS, 2009, p. 9).

O processo de desocupação das fazendas acentuou-se nas décadas de 1970 e 1980

com a redução de casas de “moradores” nas grandes e médias propriedades rurais, e essa dimensão foi um dos fatores que afetou os mecanismos de controle político estabelecido entre patrões e empregados “moradores”. Houve uma multiplicação de conflitos envolvendo trabalhadores e proprietários rurais vindos a fortalecer a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). Ao passo que do mesmo jeito houve um aumento da organização dos trabalhadores, os proprietários rurais se organizaram na associação dos produtores rurais do Ceará (APRUCE) e, depois, em 1988, na União Democrática Ruralista (UDR).

O intenso processo de industrialização que o Ceará passou com o aporte de recursos vindo do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e que promoveu uma modernização econômica foi outro fator importante. No caso cearense, a maior parte dos recursos empregados na industrialização foi oriunda de uma elite econômica local, o que favoreceu que o CIC se colocasse como o representante desta para substituir o governo dos coronéis, mesmo sendo estes os que criaram as bases para a industrialização.

A articulação de jovens empresários no CIC trouxe um discurso de modernização com a ruptura das velhas práticas do clientelismo tradicional que marca a política cearense e nordestina. A conjuntura nacional e internacional também foi um fator que favoreceu a atração de investimentos com a abertura da economia ao capital externo e a atuação decisiva do Estado como um agente indutor pela via dos investimentos diretos.

Uma das características especiais da economia do Nordeste é o relevante papel desempenhado nos anos recentes pelo setor público. Claro que em todas as regiões brasileiras o Estado patrocinou fortemente o crescimento econômico. Porém, no Nordeste, pode-se em que afirmar que sua presença foi o fator determinante da intensidade e dos rumos do dinamismo ocorrido nas últimas décadas. Direta ou indiretamente, foi o setor público quem puxou o crescimento das atividades econômicas que mais se expandiram na região, nos anos 70 e 80, segundo dados da SUDENE (1992). (BACELAR, 2002, p. 11).

É nesse contexto que se dá a modernização da economia cearense (1986 -2002), tendo recebido investimentos em obras de infraestrutura a exemplo do CIPP e turismo com o Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). Este possibilitou a atração de novos investimentos industriais e, ao mesmo tempo, torna-se o principal canal de escoamento da produção local e regional. A localização do CIPP favorece o escoamento da produção para o mercado externo europeu, americano e asiático pela proximidade com esses mercados e por possibilitar o aporte de navios de grande calado.

Além do CIPP, outras obras de infraestrutura estão conectadas ao objetivo de

ajustar o espaço cearense à modernização econômica, trata-se da construção de infraestruturas hídricas, como é o caso da barragem do Castanhão, inaugurada em 2002, o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e transposição das águas do Rio São Francisco, obra de infraestrutura hídrica que envolve quatro Estados e, segundo o governo estadual, tem o objetivo de garantir o acesso à água para as regiões semiáridas. Esta obra possibilitará aumentar a produção da fruticultura, um dos principais produtos de exportação do Estado, além de viabilizar a sobrevivência da CSP, uma vez que essa atividade industrial demanda grande quantidade de água para o resfriamento de fornos de alto desempenho.

A conclusão da Ferrovia Transnordestina, cujo objetivo é transportar soja produzida por um empreendimento privado, planejado no município de Eliseu Martins no Piauí até o porto do Pecém, possibilitando o aumento da circulação de mercadorias entre os portos do Pecém (CE), Suape (PE) e Eliseu Martins (PI) e, mais recentemente, a iniciativa do governo do Estado em procurar investidores estrangeiros, principalmente chineses, para a instalação da refinaria de petróleo têm sido a prioridade do governo. Essas indústrias possibilitam a atração de novas indústrias que utilizam os insumos ou a matéria-prima do petróleo.

Dessa forma, os investimentos de infraestrutura referidos são os principais responsáveis pela transformação do espaço cearense, além da competição entre os espaços que vinha ocorrendo desde os anos 1990 com a chamada guerra fiscal⁶, em que o Estado do Ceará foi um dos que mais promoveram a atração de investimentos externos por meio de concessão de subsídios fiscais. Essas transformações têm provocado mudanças nas formas de organização social.

A atração de novos investimentos na área industrial tem sido apresentada como o principal catalisador no processo de desenvolvimento econômico no Estado do Ceará. Desde o primeiro governo de Virgílio Távora (1963 - 1966) com a eletrificação do Estado, a atração de grandes indústrias, com a construção do polo industrial de Maracanaú, tem sido vista com um vetor de aumento das receitas do Estado e o conseqüente desenvolvimento industrial.

O discurso da modernização econômica apresenta-se como uma alternativa para superar os graves problemas sociais presentes na sociedade cearense, como o baixo atendimento em serviços essenciais, tais como educação e saúde, e o baixo índice de emprego formal, o que caracteriza o estabelecimento pleno das relações capitalistas de produção.

⁶ A guerra fiscal é a disputa entre os Estados brasileiros para oferecer as melhores condições para que as empresas possam se instalar nos Estados. O objetivo é atrair investimentos e promover o crescimento econômico.

Nesse sentido, o Governo das Mudanças (1987 - 1991), com o discurso de combater os coronéis e modernizar a máquina estatal, promoveu um plano de industrialização que procurou atrair novas indústrias para o Ceará e, nesse plano, estava prevista a construção de uma série de infraestruturas hídricas para garantir condições da instalação industrial e a construção do CIPP. A opção por novos investimentos seguiu na área da indústria de base, pois o objetivo era trazer a siderúrgica e a petroquímica, o que, por sua vez, seriam as âncoras de novas indústrias.

Podemos dizer, portanto, que as mudanças na estrutura produtiva bem como o aumento da industrialização e da composição técnica na atividade agropecuária foram os fatores que colocaram em xeque o clientelismo na política cearense. A modernização do território cearense tem três grandes vertentes: o turismo de massa, o agronegócio e a indústria de base. Esses processos tiveram grande intervenção do Estado através da isenção fiscal, da tecnificação do território com uma rede de infraestrutura e do aporte de capital externo.

2.3 A modernização portuária e a modernização excludente da zona costeira

O litoral brasileiro ocupa extensa faixa de terra e abrange, ainda, além da parte terrestre, uma parte referente ao mar territorial, onde se desenvolve a atividade da pesca artesanal e industrial. Desde o início da colonização, esteve voltado para a exportação, conferindo aos portos uma importante infraestrutura voltada a garantir o escoamento de mercadorias. Além da intensa ocupação urbana, apresenta do ponto de vista geoambiental, maior vulnerabilidade em decorrência da fragilidade dos seus ecossistemas.

No início da colonização, os portos brasileiros tiveram o objetivo de garantir a segurança contra a invasão de outras nações europeias além de escoar a produção de mercadorias produzidas na colônia. Com a abertura dos portos às nações amigas, em 1808 até a atualidade, vem ocorrendo um contínuo processo de modernização, alternando entre a gestão estatal e a gestão privada. O auge do controle estatal ocorreu com a fundação da Empresa de Portos do Brasil S.A (PORTOBRAS), criada pelo decreto 76.925 de 29 de dezembro de 1975 em substituição ao Departamento Nacional de Portos e vias navegáveis (DPVN) e, posteriormente, foi dissolvida pelo decreto 99.192/1990. A criação da PORTOBRAS esteve condicionada à incapacidade da iniciativa privada de fazer grandes investimentos em infraestrutura para dinamizar a gestão portuária no período de crescimento econômico do país.

É importante destacar que a modernização é um processo contínuo, trata-se do

avanço das relações capitalistas de produção. No caso portuário, da adequação da gestão dos portos a lógica capitalista, alternando entre a gestão estatal e privada, coube ao Estado impulsionar a ampliação e modernização dos portos. Por modernização portuária entendemos as diversas mudanças que ocorreram nas formas da legislação, administração e organização espacial.

Dessa maneira, a modernização portuária brasileira corresponde às transformações no sistema produtivo capitalista, o qual requer a adequação da organização espacial, administrativa, legislativa e de trabalho às novas exigências do capital. As transformações na gestão, organização e infraestrutura dos portos brasileiros correspondem às diferentes etapas de acumulação do capital.

Identificamos, na história portuária brasileira, cinco momentos dessas transformações: o primeiro corresponde à implantação de portos ao longo da costa brasileira com a chegada dos colonizadores. Geralmente estavam associados a pequenos núcleos urbanos ou a fortificações próximas a rios. Os portos estabeleceram a ligação do território nacional com a metrópole Portuguesa, facilitando a troca dos produtos manufaturados por matérias-primas, tais como madeira, ouro, açúcar e, principalmente, escravos. Já o segundo corresponde à quebra do exclusivismo no comércio da colônia brasileira com a metrópole portuguesa com a regulação estatal pelo imperador D. João VI em 1808, com a lei de Abertura dos Portos às Nações Amigas. Com contexto liberal e a hegemonia econômica inglesa no mundo, o sistema colonial começava a ruir face às novas dinâmicas produtivas que se davam na Europa, impulsionando o fim do pacto colonial.

A terceira fase, de concessão à iniciativa privada, corresponde à gestão e investimentos de capitalistas interessados em expandir o comércio de alguns gêneros agrícolas de alto valor no mercado internacional, a exemplo do café, que estava em plena expansão. O governo editou a primeira lei de concessão e exploração dos portos pela iniciativa privada para facilitar as exportações da crescente produção desse fruto, que se consolidou como o principal produto das exportações brasileiras até a primeira metade do século XX.

Assim, a produção de café foi a responsável não só pela modernização e ampliação dos portos naquele período, mas também impulsionou a instalação de uma rede de infraestrutura ferroviária para facilitar o escoamento até o litoral dessa rubiácea, de instituições bancárias e atividades ligadas a essa agroindústria. Com a República, aprofundou-se a exploração dos portos pela iniciativa privada, que não só administrava, mas também foi a responsável pela melhoria das instalações, possibilitando atracação de navios de maior calado. Contudo, as disparidades entre os portos brasileiros se aprofundaram e, excetuando os portos

com movimentação rentável, os outros portos amarguraram péssimas condições de funcionamento.

Com relação ao quarto momento da modernização portuária brasileira, esta corresponde à centralização estatal das atividades portuárias no período desenvolvimentista, quando o Estado, além da gestão, torna-se o responsável pela ampliação da infraestrutura portuária, vista como atividade estratégica para o desenvolvimento econômico do país, o que só foi possível em decorrência do crescente volume de comércio.

Durante o Estado Novo, Vargas passou a adotar um programa estatizante, regulamentando a atividade portuária já na ditadura militar. O enfoque dos investimentos foi na área de segurança, correspondendo ao contexto da Guerra Fria assim como de expansão do desenvolvimentismo e intervenção estatal na economia. A presença do Estado nos investimentos e regulação aumentou a ponto de ser criada, em 1975, a PORTOBRAS por Virgílio Távora, representando o interesse do governo na centralização das atividades administrativas e consolidando o modelo monopolista do sistema portuário nacional.

A última etapa da modernização portuária ocorreu no contexto neoliberal do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com a extinção do antigo órgão estatal responsável pelo setor e a edição da lei de modernização dos portos em 1993. Com as transformações no capitalismo mundial, nos anos 1970, a administração estatal e os portos passaram por reformas a fim de compatibilizá-los com a nova ordem econômica e política internacional. A extinção da PORTOBRAS pela lei 8.029/90 abriu as portas para a nova forma de regulação portuária com a lei de modernização dos portos no contexto neoliberal, com regulação mais privatista. Além da nova regulação administrativa, a lei de modernização dos portos abrangia a necessidade de se adequar novas instalações e equipamentos, uma legislação que impunha a “saída” dos centros urbanos, novas formas de contratação da mão de obra além da concorrência de cargas entre os portos.

O atual sistema portuário brasileiro é composto por nove Companhias Docas (oito públicas e uma privada) e por quatro concessões estaduais, existindo, ainda, mais quatro portos privados distribuídos ao longo da costa brasileira. Os principais problemas detectados nos portos foram: a falta de dragagem; os problemas de acesso, o que requer do Estado investimentos em alargamento ou duplicação das vias de acesso; a reordenação do trânsito nas localidades próximas às zonas portuárias; as novas rotas de ligação direta entre as rodovias e os terminais; e a construção de estacionamentos para se evitar filas na entrada dos portos. Outro problema enfrentado pelos portos brasileiros foi a sua condição de potencialmente poluidor, exigindo regulação junto aos órgãos de fiscalização ambiental. As regiões portuárias

apresentam cenários de conflito entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos, constituindo um desafio para a sociedade e administradores nos distintos níveis do poder.

No Brasil, os portos são geridos por diferentes sistemas de exploração através de concessões. No Ceará o porto do Pecém é o primeiro do país a operar dentro do modelo da nova legislação, operando na categoria de terminal privativo de uso misto, no qual movimentam cargas próprias e de terceiros. A Companhia de Integração Portuária do Ceará (CEARÁPORTOS) é a empresa que administra o Porto do Pecém, sendo uma empresa de capital misto, que se encaixa nessa configuração da legislação⁷, com a Zona de Processamento de Exportação (ZPE)⁸.

Compreendemos, portanto, que a modernização portuária intensificou a ocupação da zona costeira. Com o CIPP, outras intervenções têm impulsionado esse processo como o PRODETUR, Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROURB-CE), Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos (PROGERIRH-CE), que ampliaram a instalação de infraestruturas para o turismo. A modernização seletiva do litoral cearense tem aprofundado as desigualdades socioespaciais e promovido intensos conflitos. No caso do CIPP, os conflitos que se dão no local têm como agentes o Estado, o capital e as comunidades.

Nesse cenário, Lima (2008) aponta, também, que esse processo tem se materializado com o aumento da pesca predatória da lagosta e o turismo de massa, além de intensificar a mobilidade populacional na RMF.

Os interesses econômicos e as novas exigências criam as leis, as adequam a sua lógica ao mesmo tempo em que impulsionam as transformações, normatizando, por exemplo, o uso e ocupação do solo. Nesse sentido, a lei de modernização portuária atendia a mudança que o capital exigia para a acumulação: portos com calados mais profundos para possibilitar atracação de navios maiores, áreas maiores para possibilitar o favorecimento de instalações industriais e atender as exigências ambientais e menos concentração populacional. Isso explica o porquê de o porto do Mucuripe não servir mais, não conseguia ser impulsionador da reprodução do capital. Embora o processo de valorização do espaço na área do CIPP já ter sido iniciado com o veraneio e o turismo de massa, a construção de rodovias

⁷ Recentemente o governo do Estado do Ceará autorizou a admitir a empresa integrante do grupo econômico de Haverbedrijf Rotterdam NV (Porto de Rotterdam) no capital da Companhia de Desenvolvimento do CIPP. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2018).

⁸ ZPE - É um distrito industrial incentivado, no qual indústrias, nele localizadas, operam com benefícios tributários, cambiais e administrativos. Pela legislação brasileira, no mínimo 80% da receita das empresas instaladas devem resultar de suas exportações. As que já estão atualmente são: CSP, Vale Pecém, White Martins e Phoenix do Brasil.

com recursos do PRODETUR é uma prova disto, mas é com o decreto os qual institui o CIPP que a terra deixa de ter valor de uso e passa a ser indiretamente valor de troca, apesar de formalmente impedir a especulação.

A destruição da natureza para adequar o espaço à indústria promove a destruição-reconstrução da natureza. A terraplanagem com aterramento de lagoas e riachos, a retirada de dunas fixas e o deslocamento de milhões de m³ de rochas para a construção do porto estavam a favor da acumulação, adequação do espaço aos interesses do capital.

2.4 O papel do Estado e dos planejamentos estratégicos em obras de infraestrutura

O capitalismo necessita de uma constante expansão das forças produtivas de modo a garantir a taxa de lucro, por isso as infraestruturas cumprem um papel estratégico, pois expressam o desenvolvimento expansionista da produção do espaço que, por sua vez, mobiliza força de trabalho e recursos. Esse processo constante mobiliza os agentes produtores do espaço, no caso o Estado, as empresas, os agentes financiadores, a construção civil, sobrepondo aos valores e culturas locais.

A instalação de complexos industriais no Brasil, em especial nas regiões Norte e Nordeste, fez parte de uma estratégia da burguesia brasileira de diminuir as desigualdades regionais por meio da intervenção estatal pela via da industrialização. Esta atividade econômica era vista como o principal fator que iria superar o atraso econômico e social. A instalação da Alumina do Norte do Brasil S.A (ALUNORTE) no Pará, do Complexo industrial portuário Governador Eraldo Gueiros (SUAPE) em Pernambuco e do CIPP no Ceará são alguns exemplos. Porém, o que temos visto nos processos de instalação desses complexos, tem sido a subordinação do Estado aos interesses da fração burguesa industrial que procura atrair investimentos para a consolidação do projeto modernizador, desterritorializando comunidades e destruindo recursos naturais.

Vasconcelos (1999) aponta que a implantação de complexos industriais no Norte faz parte da tentativa do Estado de diminuir as desigualdades regionais, contudo o que temos visto é que, ao longo das décadas, apesar do aumento da indústria nessas regiões, as desigualdades têm aumentado, além de promover um processo de desterritorialização de diversos grupos sociais, como camponeses, indígenas, extrativistas etc., além da destruição dos recursos naturais, como corpos hídricos, a fauna e a flora.

Nos países de capitalismo dependente, o Estado tem sido instrumentalizado para a execução de infraestrutura, já que essas obras demandam grande quantidade de capitais e não

tem retorno no curto prazo. Concordamos com a máxima do manifesto comunista de que, no fundamental, o Estado é um comitê para gerir os negócios da burguesia (MARX, 2008).

Os planejamentos econômicos se transformaram no principal instrumento de intervenção da burguesia na condução de grandes obras de infraestrutura ou de desenvolvimento econômico. Além disso, expressam a racionalização da expansão capitalista conduzida pelo Estado, são, antes de tudo, planejamentos capitalistas, que, no contexto em que surgiram no Brasil, de fins da década de cinquenta, era quase uma universalidade como solução frente à crise política regional e nacional no Brasil.

Este trabalho centra suas possibilidades de compreensão e desvendamento da emergência de um padrão “planejado”, por oposição ao espontâneo, de condução e orientação das atividades econômicas, no método dialético. O padrão “planejado” não é, desse ponto de vista, senão uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos. O planejamento não é encarado, portanto, apenas como uma técnica de alocação de recursos, em qualquer nível, nem como uma panaceia; escapa, pois, a este trabalho a discussão muitas vezes bizantina sobre a “neutralidade” do planejamento e seu oposto, sobre seu caráter “revolucionário”. As revoluções sociais, quaisquer que sejam, constituem uma classe de acontecimentos e de ruptura que não pode ser compreendida nos estreitos limites de uma teorização sobre o planejamento (OLIVEIRA, 1985, p. 23).

O planejamento estatal, na visão de Oliveira, apenas adia o conflito de classes que se instalou no Brasil.

O que o planejamento não pode realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo reprodutivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais do que a forma de racionalização da produção ampliada do capital. Pode operar, exatamente neste sentido, na mudança da forma da mais valia que deve ser repostada para a continuidade do ciclo; para dar um exemplo, que cabe como uma luva no caso do planejamento regional para o Nordeste do Brasil, desde que o Estado foi capaz de transformar uma parte da mais valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia como capital (4), tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente que retornou ao processo produtivo. Isto, e somente isto, é o que o planejamento pode fazer num sistema capitalista. (OLIVEIRA, 1985, p. 24)

A contínua intervenção do Estado para socorrer os capitalistas e seus interesses se manifesta no Nordeste a partir de várias políticas nos anos 1930, por exemplo, foi criado o

Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) com o objetivo de fixar o preço desse produto a garantir uma renda média dos produtores. A criação da CHESF, em 1945, foi destinada à garantia de fornecimento de energia para a industrialização na região, já que as antigas termelétricas não tinham condições de suportar a demanda que a indústria exigia. A CODEVASF é outra instituição com fins a impulsionar recursos e investimentos na região, mas é com a SUDENE e o BNDES que o planejamento estatal ganha relevância clara no objetivo de impulsionar uma industrialização e a modernização das relações capitalistas. Até entre a esquerda da época, a falta de capitalismo era vista como um entrave ao processo de revolução, daí a leitura que o PCB tinha de fazer uma aliança com a burguesia progressista, desenvolver as forças produtivas internas e concluir, posteriormente, numa revolução.

Com a construção de grandes barragens para produção de energia, fica explícito o papel do Estado no objetivo expansionista do capitalismo brasileiro. Esse processo passou a ocorrer desde o período desenvolvimentista (1930-1975) quando as principais obras de infraestrutura foram além da indústria de base, a construção de represas para fins de produção de energia elétrica, consumo doméstico, num país onde a urbanização estava muito acelerada e a agropecuária, atualmente o principal consumidor de água no Brasil. Essas obras consolidaram a inserção do Brasil no capitalismo monopolista, no contexto do rápido crescimento urbano-industrial e agropecuário, que demandavam o fortalecimento de uma infraestrutura para atendimento dessas necessidades.

Naquele contexto, não havia uma avaliação sistemática do impacto dessas obras nas comunidades locais, e o social aparecia como um problema secundário, que seria solucionado após a construção da usina. Isso aconteceu em várias barragens, como as de Sobradinho, Itaparica, Itá, Tucuruí e Itaipu. (MONTE, 1999, p. 7). Essas obras de infraestrutura hídrica foram impulsionadas por agências, como o Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IOCS, 1909), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS, 1945), CHESF (1945) e SUDENE (1949).

A construção de obras de infraestrutura hídrica foi o principal agente na realocação forçada de populações camponesas, em especial nas obras para a construção de barragens, como é o caso da barragem de Sobradinho, Itaparica, Itá, Tucuruí, Itaipu, como nos lembra Monte (1999, p. 9):

Pode-se considerar, de modo geral, que os reassentamentos no Brasil poderiam ter origem na política de aproveitamento e utilização da água no Nordeste, quando da construção de açudes pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas –DNOCS, embora os reassentamentos de populações

atingidas por obras de infraestrutura sejam originárias da opção do regime militar de construir grandes hidrelétricas, visando ao fortalecimento de uma infraestrutura capaz de atender as necessidades do rápido crescimento urbano-industrial e agropecuário no país.

O referido processo de intensa e contínua remoção se intensificou nos anos 1970 com as grandes barragens do governo militar e fez surgir o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A Eletrobrás promoveu grandes estudos à época para avaliar o potencial hidrelétrico a partir da crise mundial por demanda de energia. A partir daí, as grandes empreiteiras vão ter poder de intervenção na política com o financiamento de campanhas.

Os primeiros passos da organização dos atingidos por barragens teve início ainda no final da década de 70, na ditadura militar, período em que ocorreu a retirada forçada de direitos civis e políticos. Ao mesmo tempo em que a ditadura restringia os direitos, a indignação contra o regime fez com que surgissem várias formas de organização e luta. É neste período que também surgem várias forças importantes de trabalhadores como o Movimento Sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores e o próprio Partido dos Trabalhadores. (site do Movimento dos Atingidos por Barragens, 2019, não paginado).

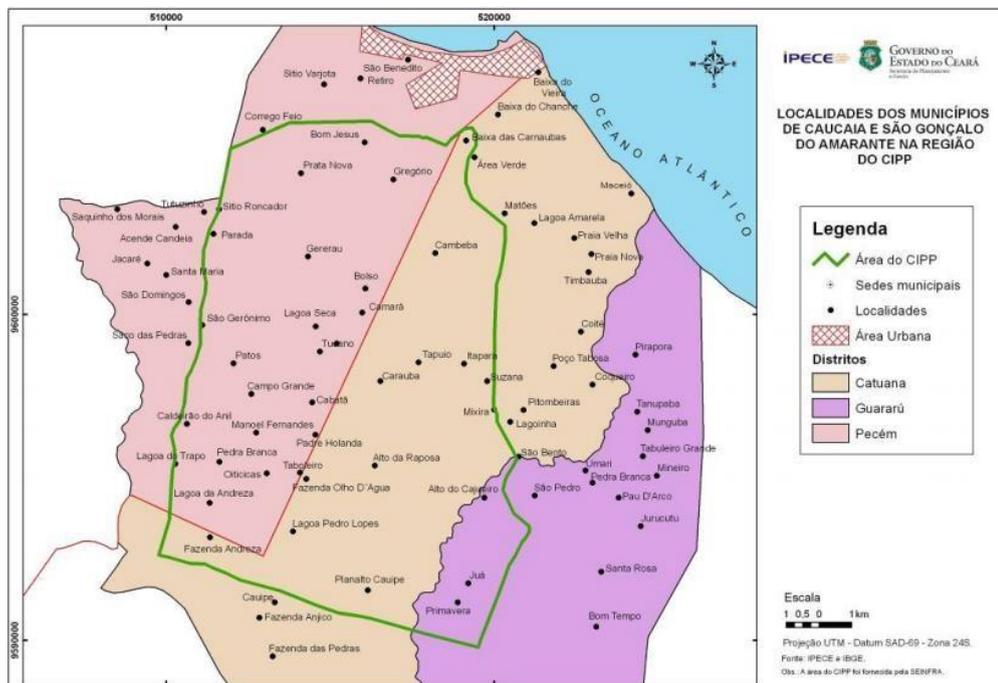
Portanto, podemos dizer que a luta contra as remoções iniciou como uma luta democrática por melhores indenizações, mas acabou por encontrar um limite e se tornou uma luta contra o modelo de desenvolvimento que privilegia o grande capital, daí a importância de diferenciar assentamento de reassentamento, uma vez que o primeiro traz consigo uma manifestação de vontade de luta pela terra e alteração da estrutura fundiária, enquanto o segundo reflete um processo compulsório (MONTE, 1999, p. 7).

3 VER, JULGAR E AGIR: A PASTORAL DO MIGRANTE NA ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

3.1 O lugar globalizado pela dinâmica industrial

O Complexo Portuário do Pecém possui 13.000ha e está sobreposto no território de dois municípios: São Gonçalo do Amarante e Caucaia, ambos fazem parte da Região Metropolitana de Fortaleza. O município de São Gonçalo do Amarante passou por várias nomenclaturas desde a edição da lei provincial nº 1020, de 14/11/1862, quando foi criado, até a atual divisão municipal, que é de 1968. Possui atualmente 7 distritos: São Gonçalo do Amarante, Croatá, Pecém, Serrote, Siupé, Taiba e Umarituba. Com extensão de 833,894 km², está localizado a 60km da capital com população estimada de 48.516 mil habitantes, sendo que 62% urbana e 38% rural (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

Figura 1 – Localização do CIPP



Fonte: Cenário Porto do Pecém (2013).

O município de Caucaia também tem uma história de ocupação muito antiga, foi um dos primeiros núcleos de povoamento do Ceará com a vinda dos Jesuítas Luís Figueiras e Francisco Pinto, encarregados de iniciar uma segunda tentativa de colonização pela carta Régia de 22/10/1735. Possui uma população de 363.982 habitantes distribuída em 8 distritos:

Caucaia, Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

Quanto às características naturais, a área do complexo está localizada na zona costeira, área que abrange uma série de aspectos naturais peculiares, como a localização na planície litorânea, tabuleiros pré-litorâneos e depressões sertanejas, abrangendo o complexo vegetacional da zona litorânea, áreas submetidas à dinâmica costeira, sensíveis a grandes intervenções.

A imagem abaixo faz parte do acervo da Pastoral do Imigrante, registrada em visita Missionário, realizada no ano 1997, para o reconhecimento da área de estudo. Nela está representada a Praia do Pecém, onde estava sendo construída a estrada e o Porto do Pecém.

Figura 2 – Estrada e Porto em construção



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (1997).

A ocupação do lugar tem marcas da colonização portuguesa, que, de forma violenta, submeteu os índios e escravizou a população negra africana. Além destes, pescadores, agricultores e artesãos são os grupos sociais que compõe aquelas comunidades onde a infraestrutura portuária se instalou (Matões, Paú, Madeiro, Bolso, Chaves, Gregório, Tapuio, Suzano, Torém, Cambeba). Essas comunidades viviam da agricultura camponesa, extração de palha e cera de carnaúba, produção de rapadura e tijolos. Predominava uma estrutura fundiária com pequenas e médias propriedades, resultado de processos de partilha por herança de pequenos produtores e trabalhadores rurais sem a posse das terras (INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE, 2014, p. 25).

As próximas imagens mostram o registro da visita da Pastoral do Migrante à comunidade dos pescadores e em uma das comunidades que foram desapropriadas para dar lugar a Estação Ecológica.

Figura 3 – Comunidade dos pescadores



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (1997).

Entre as características do território, está a de que eram terras soltas, com alta produtividade na agricultura camponesa. Havia, também, a colônia de pesca e uma associação na comunidade do Torém com 30 famílias, que cultivavam hortaliças, vendiam-nas para o próprio sustento e o que sobrava era repartido entre elas como mostra este trecho em Pellegrini (2006, p.15).

As demais comunidades eram favorecidas pelos frutos deliciosos da mangueira, coco, seriguela, banana e caju. O feijão podia ser cultivado todos os meses do ano. Algumas pessoas trabalhavam nos engenhos de cana, onde eram produzidas rapaduras e açúcar. Era comum a troca de produtos entre eles. Destacava-se, também, o plantio de macaxeira, e com ela era produzida uma variedade de alimentos, como: pé de moleque, bolo, farinha, biju e tapioca. O dia da farinhada reunia muitas pessoas, que em mutirão produziam a farinha. As famílias faziam suas casas próximas uma da outra. O filho ou filha, quando casava, construía sua residência perto da casa de seus pais. Assim, era mantida a relação entre os membros da família. A demarcação física de limites das terras, entre as diversas áreas, não era considerada necessária. Muitas famílias, até o ano de 1998, não possuíam documento de posse da terra ocupada. Por essa razão, as terras não foram consideradas objeto de indenização pelo governo durante as desapropriações; somente foi considerado o valor das benfeitorias.

As comunidades passaram a ocupar aquele território, transformando o espaço

natural por meio das atividades produtivas e culturais, como o plantio, moradia, religiosidade. O espaço natural passa a ser território quando a sociedade a utiliza como lócus de sua reprodução. Entendemos por comunidades rurais os grupos sociais que vivem da agricultura camponesa e, por pesca artesanal, aquela que é exercida com seus próprios meios de produção, com auxílio de familiares e cuja produção destina-se para o mercado local.

Figura 4 – Estação Ecológica do Pecém



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (1998).

Com a inserção do Ceará no processo de globalização a partir da modernização econômica e as políticas de industrialização do Estado, a dinâmica populacional na RMF se intensifica em meados dos anos 1990, especialmente em três municípios: Fortaleza, Maracanaú e Horizonte. A concentração de atividades econômicas e de serviços, as secas e os processos de transformações na base da agricultura do Estado são os principais motivos dessa concentração populacional da região metropolitana. A Pastoral do Migrante caracterizou esse processo a partir do primeiro seminário sobre a realidade migratória do Ceará em 1996. O diagnóstico era de que havia duas áreas de atração populacional, Maracanaú e Horizonte, e uma de expulsão, Pecém.

Para Harvey (2006, p. 80), a globalização pode ser vista como um processo, como uma condição ou como um projeto político, e essas abordagens não são exclusivas. É o que constatamos no Ceará, nesse processo contínuo, a partir da década de 1970. Lima (2007) também descreve que a dinâmica populacional tem se modificado a partir do processo de modernização, através das políticas do turismo de massa e investimentos em infraestruturas na

região que provocaram um processo de especulação imobiliária, gerando os primeiros conflitos pela posse da terra.

A dinâmica populacional deu um salto a partir da “descoberta” do litoral como um agente potencial para a atividade turística, quando um processo de construção de casas de veraneio se intensificou no final dos anos 1970, instaurando um processo de valorização do espaço, segundo Lima (2006, p. 39).

Temos como premissa que na década de 1970 instaurou-se novo processo de valorização do espaço costeiro no Ceará. Essa nova realidade caracterizou-se pela perspectiva de “modos de vida em confronto” em espaços ocupados historicamente pelas comunidades pesqueiras marítimas. Os conflitos evidenciam a disputa pela posse da terra, o aflorar de mecanismos de desagregação e afirmação do modo de vida dos pescadores e marisqueiras frente às tentativas de imposição de formas modernas de viver na zona costeira cearense.

Com a política de incentivo da atração de indústrias na RMF, caracterizamos o predomínio da atração da população, que vem formar grandes contingentes da força de trabalho nas fábricas instaladas, especialmente no município de Horizonte e Maracanaú. No município de Caucaia, a construção de grandes conjuntos habitacionais na porção leste do município também é fator de intensificação da concentração populacional. No Pecém, a política industrial ao contrário de atrair, é a responsável pela mobilidade compulsória, ou seja, pela expulsão das comunidades camponesas, como mostra a pesquisa. Até 1999, 200 famílias foram retiradas de suas terras em três comunidades: Lagoa Seca, Forquilha e Torém, para reassentamentos com distâncias entre 10 a 30 km dos seus locais de origem. Apenas o cemitério Cambeba permaneceu na comunidade Lagoa Seca.

Das famílias desapropriadas, somente 80 aceitaram morar nos três assentamentos: Munguba, Novo Torém e Forquilha, em lotes para cultivo individual e coletivo (PELLEGRINI, 2006, p. 13). As dificuldades encontradas eram: falta de transporte, água imprópria/salgada e a terra pouco produtiva. Algumas famílias não concordaram com o reassentamento e receberam uma indenização, muitas se mudaram para as cidades próximas.

3.2 Considerações sobre a questão fundiária e o território

A regularização fundiária consiste numa ação do Estado de garantia jurídica a propriedade da terra aos camponeses e comunidades tradicionais no campo e nas cidades. Essa política pública possibilita uma série de garantias constitucionais e políticas entre elas a

permanência na terra, acesso ao crédito e seguro rural, assistência técnica, além da valorização do patrimônio. Porém, a maior parte dos pequenos camponeses e comunidades tradicionais não tem acesso à regularização fundiária, porque não foi feita uma reforma agrária no Brasil. Além disso, as ações de regularização esbarram também em processos históricos de ocupação da terra, grande parte delas pertencentes à União, e da grande concentração fundiária no campo.

Uma longa luta foi travada no campo brasileiro para que os camponeses, indígenas e quilombolas pudessem ter acesso a terra. As lutas no interior do Estado também existiram, a Constituição Federal (CF) de 1988, por exemplo, prevê a possibilidade de intervenção na terra caso esta não esteja cumprindo a sua função social, que é produzir. Assim sendo, uma intervenção só pode ser feita em caso da “supremacia do interesse público sobre o particular, ou seja, só poderá ser feita por necessidade pública, utilidade pública ou por interesse social, sendo nestes casos, só é possível desapropriar mediante prévia e justa indenização em dinheiro”. (Art. 182, §3º da CF/88 art. 5º, XXIV).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos anos 1970, apesar de formalmente ter sido criado com o objetivo de fazer uma reforma agrária e administrar as terras da União, apenas promoveu uma política de colonização de algumas áreas do território brasileiro, mas manteve a estrutura agrária do país.

A questão da regularização fundiária remete ao problema de: quais terras, para quem e para qual fim. Consiste em três etapas, a primeira é o cadastro dos imóveis, depois o georreferenciamento e, por fim, a titulação. No caso do Complexo do Pecém, a desapropriação das terras era uma demanda da nova legislação portuária que impunha área verde, distância das moradias, com o objetivo de minimizar impactos na saúde da população etc.

A caracterização da área de estudo, com o levantamento da estrutura fundiária local, é essencial na formulação da política de regularização. Assim, o fato de a maior parte dos camponeses não possuírem a titulação de suas terras facilitou o processo de expropriação das comunidades em que viviam.

O território é elemento de construção histórica de uso e apropriação da terra e dos bens comuns, esse processo se dá nas comunidades em torno do CIPP por um longo processo de ocupação bem como de apropriação da natureza e recursos da área. Podemos dizer, também, que esse elemento de construção de uma territorialidade pressupõe organização social. Na área que corresponde ao CIPP, eram poucos os movimentos sociais presentes, apenas algumas associações e a colônia de pescadores.

O IDACE fez a regularização fundiária em 21.200ha de terras, sendo 13.700ha no município de Caucaia e 7.500ha no município de São Gonçalo do Amarante. Essa ação legalizou a posse e domínio de propriedades rurais dessa região, facilitando todas as transações, envolvendo compra e venda das terras. Muitas comunidades não tinham a titulação das terras e outras estavam na condição de morador de favor. Por morador de favor entendemos aquele que trabalha em fazenda, morando nas terras do proprietário sob determinadas condições, entre as quais dá ao proprietário alguns dias de trabalho como pagamento. A Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, dispõe sobre a regularização de imóveis de domínio da união, segundo o Art. 1º:

Art 1º É o poder executivo autorizado a agir ações, por intermédio da secretaria do patrimônio da união – SPU, do ministério da fazenda, no sentido de identificar, demarcar, cadastrar, registrar, fiscalizar, regular as ocupações e promover a utilização ordenada dos bens imóveis de domínio da união, podendo para tanto firmar convênios com os Estados e municípios em cujos territórios se localizem e, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, celebrar contratos com a iniciativa privada. (BRASIL, 1998, Não paginado.).

Nesta ação são levantados todos os imóveis rurais e representados em plantas com os respectivos memoriais descritos de seus limites, confinantes, área, situação geográfica obtida por intermédio de equipamentos GPS e avaliação da natureza da posse mediante comprovação de domínio por documentação legal ou por informações dos confinantes e pessoas mais antigas na comunidade.

Procuraremos demonstrar o processo de territorialização do capital através das políticas públicas direcionadas pelo Estado para a industrialização no Ceará, mais especificamente na RMF, no distrito do Pecém. Buscamos entender como a territorialização das políticas do Estado transforma o espaço assim como as relações sociais, de produção e reprodução no campo. O contínuo processo de territorialização industrial, através das políticas públicas, tem o Estado como principal agente. A promessa de desenvolvimento econômico e de empregos continua sendo importante instrumento para legitimar as ações de continuidade das atividades produtivas industriais, mesmo com os consequentes problemas acarretados com o modelo de desenvolvimento econômico adotado, que emprega pouca mão de obra, polui terra, água e ar, consome água e terra assim como não promove a qualidade de vida prometida.

A regularização fundiária imposta com a instalação do CIPP ratificou o caráter de mercadoria da terra, caráter esse que já estava colocado desde a promulgação da Lei de Terras

em 1850, mas que vinha se materializando ao longo do século XX com as várias leis de regulação e uso da terra assim como os dispositivos jurídicos de ordenamento.

O controle do território se expressava no controle pela terra. Para se materializar, a indústria precisa de espaço que ofereça as condições necessárias para a sua realização, nesse aspecto podemos dizer que as condições naturais e econômicas favoreceram a localização do CIPP na área. O argumento pelo qual o porto foi instalado no litoral oeste da capital do Estado foi o fato de que o assoalho oceânico oferecia as condições de profundidade próprias para o embarque de navios de grande calado. Além disso, a ampliação da RMF para o município de São Gonçalo do Amarante confirmou uma das vantagens comparativas, que é proximidade da mão de obra.

A inserção das políticas públicas para o campo terá um efeito direto no processo de valorização no espaço, numa perspectiva global da economia, isso porque os investimentos serão aplicados, possibilitando garantir a ampliação da exploração da terra através de investimentos diretos (rodovias, ferrovias, áreas industriais) e novas territorialidades articuladas não mais com o mercado local, visto que o CIPP promoveu uma ligação direta do local com o global na perspectiva da proposta do desenvolvimento econômico dos governos.

3.3 O processo de expulsão das comunidades

O Estado tem sido o principal agente dos conflitos, já que foi este o responsável pela desapropriação das terras das comunidades. O IDACE atuou no cadastramento e reassentamento das famílias, outras agências foram mobilizadas para a concretização das obras, estudos técnicos, promoção de articulações entre secretarias e comunidades, como o Conselho Estadual de Desenvolvimento econômico (CEDE), criada especificamente para tal.

A relação do Estado com as comunidades foi o tempo todo de conflito, num primeiro momento o Estado atuou no processo de convencimento das comunidades a saírem de suas terras. A falta do documento de posse favoreceu o governo, uma vez que muitas famílias, com medo de perder tudo, acabaram aceitando os valores rebaixados das benfeitorias. Pellegrini descreve que, por falta de informação e por acreditarem que não podiam discordar do governo, acabaram saindo de suas terras e ou aceitando indenizações muito baixas (2006, p. 16). Contudo, o processo de mobilização fez com que o governo realizasse uma assembleia com as comunidades para lhes apresentar o projeto, e este foi o primeiro diálogo. Oficialmente foi criado o Grupo de Trabalho Permanente (GTP) com o objetivo de dar um caráter organizado ao processo de informação das comunidades em 1997.

Partimos da caracterização do conflito de classes pelo controle do território. Esse controle materializa-se, entre outros elementos, no controle pela terra, o que não se resume ao espaço físico, mas ao modo de vida e identidade. De um lado, o Estado e as empresas e, de outro, as comunidades e seu modo de vida. Encontramos, na literatura recente e em visitas de campo, uma série de conflitos envolvendo o CIPP. A pesquisa revela que a questão fundiária, que envolve a posse e o uso da terra, é a que mais se destaca, já que, no processo de instalação das infraestruturas do Complexo, houve a remoção de muitas comunidades.

As obras de construção do CIPP trouxeram sérios conflitos, pois atingiam diversas localidades onde muitas famílias passaram por um injusto e difícil processo de desapropriação marcado pela falta de informação e diálogo, pressões por parte do governo, ausência de negociação clara e justa, diversos casos de reassentamentos mal sucedidos, desencadeando, assim, um processo de luta pela terra, onde se opunham de um lado, os interesses econômicos e políticos do governo e setor privado, e de outro, as comunidades tradicionais e suas reivindicações pelo reconhecimento de seu direito ao seu território tradicionalmente ocupado. (MEMORIA DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS DO CEARÁ, 2014, p. 25).

A pesquisa aponta que os principais sujeitos envolvidos no conflito são as comunidades e o Estado, este último capturado pelos interesses dos capitalistas. Para Monte (1999), ocupavam a área: comunidades rurais que viviam da agricultura camponesa; pequenos proprietários os quais arrendavam suas terras; pescadores; comunidades indígenas da etnia Anacé; e 300 famílias de pescadores.

Eram mais de 500 famílias, pequenos agricultores e herdeiros, a maioria sem documentação de posse da propriedade. A localização e condições climáticas desta área favoreciam a plantação de feijão, milho, bananeira, mamão, macaxeira e outros produtos de subsistência. A água era abundante durante todas as estações do ano, diferentemente de outros lugares do Nordeste (PELLEGRINI, 2006, p.12).

Segundo Pellegrini (2006, p. 16), das 500 famílias desapropriadas, 300 não aceitaram as indenizações e propostas do governo e começaram a se mobilizar, era a criação de um embrião de organização independente, a Comissão da Terra, nas palavras de Pellegrini:

o objetivo da mesma era criar uma nova forma de negociação com o governo, como apresentar propostas e exigir os direitos. A comissão era constituída somente de mulheres. Os homens, aparentemente, permaneciam passivos e com pouca participação. As mulheres atuavam e se manifestavam com muito empenho e determinação. As famílias se reuniam em pequenos núcleos para discutir os assuntos em pauta em relação a terra. Um ritual especial era criado para melhor envolver os participantes. Após estes encontros, a comissão da terra fazia a negociação com as autoridades do governo e retornava o debate com os núcleos das famílias (PELLEGRINI, 2006, p. 17).

Entre as estratégias de luta, estava a de denunciar, por meio da imprensa, a

violência sofrida pelos agentes do governo. Foram mobilizados com esse intuito, ambientalistas, membros dos direitos humanos além das mobilizações de rua e articulações com outros movimentos sociais.

3.4 A chegada da Pastoral do Migrante

Os principais elementos que julgamos relevantes nos relatórios podem ser sintetizados em três momentos: o primeiro foi a chegada da pastoral do Migrante no Ceará. O convite feito pelo cardeal Dom Aloisio Lorscheider foi uma resposta por parte da igreja às transformações na economia cearense a partir da industrialização. Essa transformação intensificou a dinâmica populacional, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza com os processos de atração, expulsão e fixação da força de trabalho. Nessa etapa, destacamos a iniciativa de compreender essa realidade, para isso o I Encontro sobre a Realidade Migratória, realizado em junho de 1996, em Fortaleza, foi fundamental, pois integrou especialistas das universidades, movimentos sociais e a Pastoral do Migrante.

O segundo momento foi a chegada da Pastoral do Migrante nas realidades mais dinâmicas, Pecém, Maracanaú, Horizonte. As visitas e trabalhos de campo procuraram identificar as áreas que demandavam mais presença da Pastoral e, de início, foi feito um acompanhamento, principalmente em Horizonte e Pecém. Nas áreas de assentamentos, o acompanhamento ocorreu em parceria com o Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST), que se fazia como uma força presente. A definição do Pecém como área prioritária se deu por conta desta localidade ser mais emergente.

No ano de 1997, foi realizado o seminário “*Desenvolvimento para quem?*” em parceria com outros movimentos sociais e a UFC. Entendemos que os debates ocorridos estavam dentro da perspectiva de prognóstico dos danos sociais e ambientais que o empreendimento iria provocar. Esse seminário cumpriu um importante papel de denúncia e de visibilidade do empreendimento.

O terceiro momento foi a sistematização do acompanhamento na área do Pecém, com um plano de trabalho, que compreendia um planejamento financeiro, de visitas regulares às comunidades, da ação social da igreja, que incluía as atividades religiosas de catequização, batismos e sacramentos. Nessa etapa predominou o trabalho de formação de lideranças capazes de conduzir a luta coletiva. Foi um período com muita dificuldade de ganhar a confiança das comunidades.

No quarto vão predominar as ações de intervenção coletiva no território. Nessa

etapa observamos um acirramento da luta, isso porque o processo de expulsão predominou ações mais passivas ou individuais. Nessa etapa as ações estão articuladas as lutas nacionais como as campanhas do grito dos excluídos, plebiscitos da ALCA e da dívida pública.

As transformações que ocorriam na economia mundial também provocaram mudanças no posicionamento da igreja católica no mundo. O principal evento nesse sentido foi o Concílio do Vaticano II (62-65), que mudou a forma como a igreja atuava junto aos povos, dando origem ao surgimento das pastorais sociais, com o trabalho junto aos pobres. As primeiras iniciativas denominadas de “Pastorais sociais” se organizaram nos anos 1970, num contexto político muito difícil para as forças progressistas das sociedades latino-americanas, mas favorável do ponto de vista eclesial. (A MISSÃO DA PASTORAL SOCIAL, 2008). O encontro dos bispos em Medellín, em 1968, marcou a postura da igreja, fazendo-a adotar a opção pelos pobres, e muitas das lideranças dos movimentos sociais surgiram das CEBS.

A Igreja Católica, através de suas pastorais, teve e ainda tem um papel importante na organização dos camponeses e do povo contra as injustiças e desigualdades sociais. Na História do Ceará, atuou junto aos camponeses na convivência com a seca e combate ao latifúndio, como foi o caso do Caldeirão⁹ e na organização de sindicatos rurais.

Em meados dos anos 1990, por meio das pastorais sociais, a Igreja Católica esteve mobilizada contraos grandes projetos de modernização econômica que inseriram o Ceará na economia globalizada, a exemplo da luta dos moradores de Jaguaribara, no Vale do Jaguaribe, por conta da construção do Castanhão, que reassentou uma cidade inteira, nos processos de expulsão no litoral por conta especulação imobiliária, turismo de massa e expropriação promovida pelo CIPP. A partir do Decreto Lei nº 12.536, de 22 de dezembro de 1995, do Governo do Estado do Ceará, que institui a área, inicia a ação do Estado na remoção das comunidades.

No processo de mobilização das comunidades o SPM¹⁰, iniciou-se uma atividade missionária, que consistia na catequização e realização das atividades da igreja, tais como a

⁹ Formada por romeiros, flagelados da seca, camponeses e negros, a maioria vinda de Juazeiro do Norte — aonde tinham ido atrás das bênçãos do padre Cícero —, a comunidade se estabeleceu em 1926, no sítio de Santa Cruz do Caldeirão, por indicação do Padre Cícero, que cedeu as terras ao beato José Lourenço, líder do grupo. No seu auge, o Caldeirão chegou a ter cerca de 2000 habitantes vivendo numa espécie de cooperativa, produzindo quase tudo de que necessitavam — machados, enxadas, foices, frutas, cereais, verduras, roupas e panelas — em sistema de mutirão, dividindo o que produziam de acordo com as necessidades da cada um.” (Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunidade-do-caldeirao-e-massacrada>. Acesso em: 12 jun. 2019).

¹⁰ A Pastoral do Migrante é organizada em escala nacional pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas (MSCS), com sede em Caxias do Sul no Rio Grande do Sul, tem origem na Itália e, durante algumas décadas, foi uma área de repulsão de pessoas.

promoção de casamentos, batizados e a organização das comunidades que se colocavam contra a expulsão de suas terras por conta da instalação das obras do CIPP.

Figura 5 – Área de atuação do SPM



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Em 1996 ocorreu a primeira visita com algumas missionárias para fazer um trabalho de mobilização das comunidades contra as injustiças que ocorreram por ocasião do processo de desterritorialização destas. Esse trabalho nas comunidades foi pioneiro entre os movimentos sociais e foi articulado em parceria com o Fórum do Litoral, Cidadania, Desenvolvimento e Meio Ambiente (FL)¹¹, que promoveu uma série de intervenções no território. Podemos dizer que a iniciativa do SPM, nos anos 1990, propiciou que outros movimentos pudessem se organizar na área, como o MST, o MAB, o Coletivo Ambientalista Ceará no Clima e, mais recentemente, o Movimento Nacional pela Soberania Mineral (MAM), todos a partir da segunda década dos anos 2000, quando as indústrias já estavam instaladas.

¹¹ O Fórum do Litoral é uma articulação de movimentos sociais, ambientais, sindicais e da universidade.

Figura 6 – Visita Missionária à Vila dos pescadores



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (1999).

O trabalho inicial do SPM foi organizar as comunidades para que resistissem à expulsão de suas terras. Durante esse processo, que durou de 1996 a 2002, período em que as missionárias estiveram no território, a mobilização se deu em torno da defesa do reconhecimento de posse e uso e uma indenização justa das benfeitorias. A questão da terra foi o elemento central que encontramos nos relatórios do SPM, já que a maior parte da mobilização popular consistiu na luta pela permanência nos territórios e regularização das terras, uma vez que os moradores não possuíam o documento da propriedade da terra, justificativa para que o Estado fizesse as remoções com pagamentos irrisórios de indenizações e benfeitorias. Segundo Pellegrini (2006, p. 13), “A pastoral do migrante atuou de forma mais ativa junto a 300 famílias que já tinham sido desapropriadas e que não estavam de acordo com a desapropriação. Eram as comunidades: Matões, Bolso, Oiticicas e Tapuio.”

A Colônia de pescadores, instituída pelo Estado, e a associação de moradores do Pecém já atuavam sem muita força de mobilização. Com a chegada da Pastoral do Migrante, outros movimentos estiveram presentes de forma pontual: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), FL, MST, alguns professores das universidades públicas que assessoravam com estudos e diagnósticos e o IMOPEC. Contudo, somente a Pastoral do Migrante esteve de forma contínua acompanhando as comunidades.

A Pastoral do Migrante começou as atividades no Ceará em 1994 através de Dom Aloisio Lorsheider. Para iniciar o trabalho missionário no Estado, foi feita uma caracterização de qual área apresentava maior demanda para as atividades da pastoral e verificou-se que Maracanaú, Horizonte e Pecém apresentavam maior dinâmica na mobilidade populacional. A igreja optou pelo acompanhamento no Pecém e em Horizonte, uma vez que eram realidades emergentes. No primeiro caso a caracterização que se fazia era de que o Pecém era uma área de expulsão e, no segundo caso, de atração populacional. No caso do Pecém, além da expulsão das comunidades locais, haveria a atração de contingentes, principalmente de mão de obra para a área, e a expectativa do SPM era de que haveria um crescimento populacional de 150 mil habitantes na área do CIPP, o que não ocorreu como mostra o Informe do 4º Acampamento Missionário.

Horizonte: nos últimos 10 anos chegaram mais de 40 indústrias através da política do governo do Estado do Ceará de industrialização. O trabalho da pastoral do migrante iniciou em 1996 e atualmente conta com 30 agentes, jovens, adolescentes e adultos que participam ativamente das atividades junto às famílias migrantes. Fortaleza: capital do Ceará com 2.188.334 habitantes a grande maioria da população vinda do interior do Estado fugindo da seca e da falta de políticas agrícolas por parte dos governos, formam as comunidades, bairros, grande número com carência de emprego, saúde, moradia e educação. A falta de planejamento para políticas públicas agrava ainda mais a situação dos migrantes. (SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE, 1997a, p. 1).

As comunidades procuraram a igreja para que essa as ajudasse contra o processo de desapropriação que o governo estava por realizar na localidade. A igreja, por sua vez, mobilizou a pastoral do migrante a fim de que os missionários se deslocassem ao local com o intuito de conhecer a realidade local do povo. O processo de acompanhamento da equipe missionária consistia em um trabalho de longo prazo, posto que havia a necessidade de dar uma organicidade às comunidades para tentar resistir coletivamente ao CIPP e, além da dificuldade de uma ausência de tradição em organização coletiva, a distância entre as várias comunidades foi um obstáculo à mobilização.

A justificativa para que a pastoral do migrante estivesse na área foi a de que havia a expectativa da previsão da chegada de 600 funcionários especializados para fazer os trabalhos de instalação das bases das indústrias, o trabalho missionário da pastoral era o de preparar a comunidade para receber os novos integrantes no território de modo a evitar conflitos. A primeira atividade do SPM junto à comunidade foi uma visita feita com representantes dos movimentos sociais ao polo industrial do Pecém. Essa visita foi realizada nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 1996, com o objetivo de repassar os

encaminhamentos do *I Encontro de Estudos da Realidade Migratória*. Um dos locais visitados foi o posto de atendimento do porto do Pecém e foram apresentados os mapas das áreas onde seriam feitas as obras.

O atendente informou 2 mil inscrições para os futuros empregos e a construção de uma escola profissionalizante, onde seriam capacitados os profissionais, já que estes não tinham esta qualificação. Logo depois dessa visita, o SPM apresentou uma proposta de trabalho a 10 lideranças das comunidades locais, a qual iria prepará-las para receber os futuros migrantes.

A paróquia de São Gonçalo do Amarante, que à época era coordenada pelo padre Franze, é composta por 32 comunidades, divididas em 6 setores, em que cada um faz uma assembleia anual e todo mês é realizada uma missa em cada comunidade. Com o início dos processos de remoção das comunidades, a Arquidiocese articulou uma área pastoral abrangendo 9 comunidades, facilitando o acompanhamento de cada uma.

Em abril de 1997, quando os trabalhos do SPM são iniciados, já houve relatos de que os processos de remoção já estavam em curso, “percebido o impacto sócio-ambiental e cultural causado pelo complexo industrial portuário do Pecém – CIPP, provocando o desalojamento forçado de pequenos proprietários rurais, moradores e pescadores.” (SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE, 1997b, p. 1). A falta de tradição organizativa das comunidades seria uma dificuldade a mais para resistir à expulsão, o que facilitou a imposição do CIPP. Neste documento, os objetivos específicos constavam: “- Dar atendimento pastoral aos migrantes que irão chegar a esta localidade; -Acompanhar as famílias que estão sendo retiradas na área de interesse do projeto. -Atuar em parceria com a comissão Pastoral dos pescadores – CPP e Fórum do litoral. (PROJETO Nº 2.1). Como podemos perceber, a preocupação inicial do trabalho missionário era entender a realidade para que pudessem atuar, partia de um processo de expulsão e, ao mesmo tempo, de expectativa de que muitos migrantes chegariam com as empresas que estavam montando as infraestruturas assim como as que iriam se instalar no complexo.

O IDACE fez o cadastramento das famílias, que estavam na área de instalação do CIPP, por meio do decreto que autorizou a desapropriação, promoveu as ações para a retirada das famílias. Estas podiam sair por indenização, para o caso das propriedades regulares, e por reassentamento, para as propriedades que não eram regulares, cabendo a esta última a indenização pelas benfeitorias na terra.

Em matéria do Jornal O Povo, de abril de 1997, intitulada ‘De malas prontas para um destino incerto’, podemos confirmar que o processo de expulsão estava em pleno curso

como diz a matéria:

Sentindo-se pressionado e com medo de que lhe tomassem a terra sem dar-lhe um tostão, o agricultor Antônio Matias de Moraes entrou em acordo com o Estado. Entregou os cinco hectares – onde vivia, numa casa de tijolo rebocada e plantava com a família (mulher, filhos e netos) – por R\$ 15 mil. (O POVO, 1997, Não paginado).

Ainda, uma carta de 26 de abril relata o seguinte:

É mais um relato do sofrimento dos impactos do CIPP neste período: Alguns dos moradores resolveram aceitar a indenização calculada pelo IDACE. Para se ter uma ideia o IDACE ofereceu 38 mil reais por 20 hectares quando igual área custaria 175 mil reais segundo o documento” (SITUAÇÃO ATUAL DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELO CIPP, 1997, 26 de abril, p. 1).

O relato dá conta de mortes, pessoas doentes além de outras que respondem processo na justiça por impedirem que técnicos adentrassem nas suas propriedades sem autorização. O documento conta também que o IDACE proibiu alguns agricultores de plantar em suas terras, acarretando várias consequências como mostra o seguinte trecho:

Alguns fatos precisam ser averiguados: os funcionários do IDACE tratam o povo com humilhação, terrenos que foram medidos pelo IDACE que não corresponde a verdadeira dimensão constada em escritura, o mapa da localização onde não aparece as benfeitorias nem tão pouco as plantações com sua real produção anual. É lamentável que o governo das mudanças em vez de proporcionar melhores, condições de plantio e produção venha pelo contrário desasussegurar, propor ideais que certamente não é para esta população que sempre viveu da renda de seu trabalho. [...]. Em todo caso não queremos ser empecilio no desenvolvimento como ele é pensado, mas não abrimos mão dos nossos direitos, da nossa terra, das nossas benfeitorias. (SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE, 1997c)

Este pequeno relato explicita o processo de espoliação de que nos fala Harvey (2005), primeiro o governo indeniza o imóvel com valor abaixo do mercado, dificultando a reprodução do modo de vida do agricultor em outra localidade se ele o quiser, não bastasse a indenização do terreno abaixo do preço de mercado, ainda negam as benfeitorias, cacimbas, galinheiros, fruteiras etc. O IDACE impede a existência dos agricultores ao proibir o plantio na terra e o coloca na condição de fome, seria mais um elemento para facilitar a expulsão de sua terra. Além de outras condições, como o impedimento dos aposentados receberem a cesta básica, e as indenizações acima de R\$ 4.800 impedirem que os moradores recebam casa (SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE, 1997c).

Outro exemplo de como o processo ocorria está no documento feito pela Pastoral do migrante intitulado “Irmãos e irmãs da Arquidiocese de Fortaleza” em dezembro de 97.

Em comunicado enviado a arquidiocese de Fortaleza em dezembro de 1997

o relato era sobre a última visita feita no dia 4 de novembro do mesmo ano dizia que o povo continua desinformado sobre suas vidas. Na praia do Pecém os pescadores serão deslocados para conjuntos habitacionais 3 km e não está claro onde irão aportar suas embarcações. Os pescadores se sentiam abandonados pela colônia e pela associação de moradores e reclamam de uma atenção maior por parte da igreja, uma das preocupações era a crescente prostituição. Na comunidade de Gregório, as famílias que estão lutando na justiça tiveram destruídas as suas plantações de bananeiras, coqueiros e feijão porque a polícia destruiu a cerca e os animais entraram no roçado. O que ficou de pé os tratores estão destruindo para instalar a siderúrgica, que ocuparia 170 hectares de terra e está avaliada em 700 milhões de dólares e iria gerar 600 empregos diretos, essas informações foram repassadas durante a reunião do COEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) pelo representante da CSN do empreendimento no dia 1 de dezembro. (SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE, 1997d, p. 1).

Podemos, também, contar com a supressão da previsão dos impactos socioeconômicos no relatório do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) como denuncia a matéria do O Povo intitulada “Parecer técnico previa impacto social e econômico”, cujo subtítulo diz: Trechos na versão preliminar do relatório foram suprimidos da versão apresentada durante a votação do COEMA. O então deputado João Alfredo, que, à época presidia a comissão do meio ambiente da Assembleia Legislativa, denuncia que o tópico referente ao meio socioeconômico tinha sido suprimido de uma versão para outra do parecer técnico número 88/96 da Semace, depois que o parecer tinha sido aprovado por unanimidade no dia 18 de junho de 1996. Ainda nessa matéria consta que a população diretamente afetada pela construção do porto estimada em 1991 era de 5.362 habitantes. (DIÁRIO DO NORDESTE, 1997).

Diante de tamanho desrespeito e violência, o clamor dos pobres, a espoliação que o CIPP promovia, aparecia de variadas formas. Em novembro de 1996, 50 famílias das comunidades Giral e Gregório foram expulsas de suas casas e terras com a venda forçada por valores muito abaixo do seu patrimônio. Os relatos eram de que, mesmo sem aceitação dos valores pagos pelas indenizações, o governo mandou passar o trator destruindo os imóveis, além de induzir os moradores analfabetos a assinar documento autorizando a venda da terra.

A escolha do porto naquele lugar correspondia a uma necessidade objetiva de a infraestrutura do porto comportar navios de maior capacidade, portanto com casco mais profundo. Além do porto, rodovias e ferrovias criavam as condições para o aumento da circulação de mercadorias.

Figura 7 – Estrada e porto em construção



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (1997).

As infraestruturas estavam se concretizando, entre elas um gasoduto como mostra a matéria do jornal *O Povo*, de 9 de setembro de 1997, intitulada: “Gasoduto vai ligar o RN ao porto do Pecém e viabilizar termelétrica”. A matéria noticia que o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, e o governador Tasso Jereissati assinaram a ordem de serviço para a construção do gasoduto, que ligará a unidade da Petrobras em Guamaré no Rio Grande do Norte até o porto do Pecém com custo de 78 milhões e 377 km de extensão. Na mesma matéria o ministro descartou a possibilidade de instalação de uma refinaria da Petrobras no Estado, pois a prioridade era para a construção pela iniciativa privada segundo a lei 9.478.

3.5 O processo de resistências das comunidades com a Pastoral do Migrante

O Fórum do Litoral organizou, em 1997, uma série de iniciativas que culminaram com a sistematização de um Dossiê intitulado “Complexo industrial-portuário do Pecém”. Na apresentação do dossiê, é feita uma cronologia das atividades desenvolvidas pelo Fórum do Litoral nos anos de 1996 e 1997. O ponto culminante das atividades desenvolvidas foi um seminário intitulado “Complexo Industrial – portuário do Pecém: desenvolvimento para quem?”, realizado na UFC, em setembro de 1997.

Ainda, foi elaborada uma carta aberta dos participantes do seminário, com o objetivo de expor os resultados das pesquisas e um trabalho de campo:

Durante a viagem e permanência na área observamos o desmonte efetivado em dunas para a construção de estrada de acesso ao porto e a ocupação de uma área de dunas móvel considerada relevante por técnicos de órgãos governamentais para efeito de conservação da praia. Essas dunas são fundamentais para que não se agrave a já observada erosão costeira (avanço do mar) no Pecém e nas praias situadas a oeste do local onde se situa o canteiro de obras do porto. Outra grave agressão ambiental observada é o Estado atual do manguezal do riacho Guaribas, destino final de grandes quantidades de lixo e esgotos. Além desta pesquisa de campo, foram realizadas visitas aos moradores do Pecém e uma reunião com lideranças locais, que vem resistindo aos métodos de implementação do projeto CIPP. (CARTA ABERTA DO FORUM DO LITORAL, 1997).

Além disso, a carta denuncia: a falta de canais de participação política que permitam a participação da sociedade civil; a ordem de serviço para a construção do porto antes da aprovação do Estudo e Relatório de impacto Ambiental (EIA/RIMA); a falta de informações em relação ao projeto e aos valores das indenizações muito abaixo dos praticados pelo mercado, impossibilitando, inclusive, aluguel de outro móvel. Além desses problemas, outros ainda são apontados na carta, como a sobreposição de vários projetos governamentais como o PROURB e o PRODETUR e, por fim, o uso da grande mídia na legitimação do projeto estatal.

O papel mentiroso que a mídia cumpriu, alardeando como positivos essas intervenções, prometendo 30.000 empregos, já que o discurso da geração de emprego e renda o instrumento de legitimação desses projetos, pois ressoa positivamente na população carente. Além da desapropriação de terras declaradas como de utilidade pública para doar as empresas privada, da privatização do porto logo após a sua construção (FÓRUM DO LITORAL, 1997a, p.1).

O prognóstico do Fórum do Litoral era de que haveria o desrespeito à tradição e aos costumes, à cultura e a todos os problemas fundiários que estavam acontecendo,

pois o CIPP traria uma nova ordem socioespacial para o Ceará já que iria alterar os fluxos migratórios, forte dinâmica de urbanização além da apropriação dos recursos e consumo dos recursos naturais já que a instalação de uma siderúrgica e fábricas consumiria muita água e energia, obrigando a uma concorrência pelos recursos naturais e emissão de poluentes no ambiente natural. Essa lógica sintoniza-se com o atual processo de reestruturação produtiva que desloca indústrias sujas para países periféricos (FÓRUM DO LITORAL, 1997a, p. 1).

Desse modo, a previsão de que a instalação do CIPP iria impulsionar a intensificação da dinâmica populacional veio a acontecer. O Fórum cumpriu o papel de articular as comunidades para exigir das autoridades esclarecimentos sobre o projeto, a formação de uma comissão formada por movimentos sociais e representantes das comunidades para acompanhar as obras. Uma carta ao vice-presidente do Banco Mundial,

Sr. Shahid Javed Burki foi enviada com queixas da população e com os nomes dos representantes das comunidades (Matões, Baixa das Carnaúbas, Bolso, Gregório e Paú). O dossiê consta, também, com uma cópia da ação popular de alguns proprietários contra o Estado, denunciando os problemas ambientais e humanos causados pelas obras assim como a decisão judicial favorável à continuidade das obras.

Alem do mais, o dossiê sistematizou algumas matérias de jornais locais sobre a repercussão das obras na comunidade. O Jornal Diário do Nordeste do dia 1º de dezembro de 1996 traz a seguinte reportagem: “Natureza vai ceder espaço ao complexo do Pecém”. Já na matéria do dia 6 de fevereiro de 1997, dispara: “Novos conflitos gerados no Porto do Pecém”, em que o governo não reconhecia a comissão de acompanhamento das obras. Na edição do dia 30 de junho do mesmo ano consta: “Parecer técnico previa impacto social e econômico”, o qual foi suprimido, induzindo a votação no COEMA por unanimidade em favor da liberação da obra. Já o Jornal O Povo do dia 23 de 1997 noticia: “Moradores do Pecém fazem reunião para decidir sobre a retirada do cemitério”. O cemitério do Cambeba, referência na memória coletiva da comunidade tem cerca de 300 anos. Na edição do dia 20 de setembro, consta: “Pescadores têm fonte de renda ameaçada por porto”, a matéria denuncia que mais de 1000 pescadores seriam forçados a migrarem, porquênão seriam absorvidos como mão de obra na construção do porto. Na edição do jornal Diário do Nordeste do dia 13 de novembro, teve outra notícia: “Comunidade protesta contra o porto do Pecém”, com as queixas quanto às moradias e ao desrespeito do governo. No texto a população denunciava que a empresa responsável pela desapropriação pagava R\$ 286,67 por hectare enquanto a área era cotada em 8 mil reais.

Ainda em registro no dossiê, foi protocolado, no dia 16 de dezembro de 1996, um documento à Dr^a Monica Clark, da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará (SEPLAN), solicitando a participação de representantes das comunidades para compor a comissão de acompanhamento das obras. No dia 17 de janeiro de 1997, novamente os representantes do Fórum do litoral junto às comunidades enviaram novo ofício à SEPLAN, pedindo que os trabalhos da comissão começassem. A mobilização institucional incluiu até o vice-presidente do Banco Mundial, relatando o que se passava até então. O documento estava munido da informação de que o porto seria concluído no prazo de 30 meses e custaria 67,3 milhões.

Dessa forma, a pressão institucional resultou em uma reunião entre representantes

das comunidades e o Estado, com a formação do GTP do CIPP (GTP)¹², realizada no auditório do canteiro de obras no dia 3 de outubro de 1997. A reunião contou com a presença de representantes das secretarias de governo do Estado, da câmara municipal de Caucaia e São Gonçalo do Amarante e representantes das comunidades de Matões, Gregório e Madeiro. Essa ata representa uma síntese da complexidade de questões que se apresentavam no início do processo de implantação do CIPP, como: o cadastro das famílias e imóveis da área; a questão da regularização fundiária; as desapropriações; e os consequentes reassentamentos e os problemas decorrentes deste como a garantia de assistência às famílias, assim como as devidas indenizações.

No seguinte trecho apresenta-se que a maior parte da área já estaria desapropriada,

Representante de Matões questiona o período de desapropriação e Dr. Lauro Chaves (CEDE) informa que as áreas da siderúrgica, distribuidora, industrial, industrial I e Intermodal estão totalmente desapropriadas, e que na área ecológica, não iniciaram ainda as desapropriações. Informa que já estão com 1.711 hectares desapropriados, com desembolso total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para uma previsão inicial de 5.010 hectares. Com a palavra, Dra. Lúcia Teixeira (CEDE) comenta a importância da comissão especial de desapropriação nos trabalhos do complexo industrial e portuário do Pecém, e informa que mais de 90% das desapropriações estão feitas amigavelmente e só existem hoje oito ações judiciais, e dessas oito, três são de uma única família. (GRUPO DE TRABALHO PARTICIPATIVO, 1997, p. 2).

Na ata das reuniões do GTP, consta que o CIPP possui 13,337 hectares. A quantidade desapropriada no relato da ata é uma quantidade muito pequena frente à totalidade de hectares que ele possui. Segundo a ata,

[...] Dr. Peixoto (IDACE) faz uma exposição sobre os trabalhos de reassentamento das áreas rurais. Informa que foram identificados e cadastrados 1189 imóveis rurais, numa área de 22,000 hectares. Vistoria e avaliação: nas terras do complexo foram avaliados 5930 hectares e estão em andamento em outras áreas. Demarcação de terras: áreas ecológicas, 1553 hectares já concluídos. Área industrial, 777 hectares concluídos. Área industrial I e II com 47 hectares concluídos. Distribuidores, 109 hectares concluídos. Intermodal, 164 hectares e Expansão industrial, 611 hectares também concluídos. Regularização fundiária também está em andamento com os trabalhos para regularizar 800 imóveis, sugere e que essas famílias afetadas sejam atendidas através do “Programa São José”. Reassentamento rural: 218 famílias estão sendo trabalhadas, sendo as prioritárias, as localizadas nas áreas industrial e siderúrgica. [...] (GRUPO DE TRABALHO PARTICIPATIVO, 1997, p. 2).

Segundo o documento, o processo de indenizações ocorria dentro de um

¹² Só tivemos acesso, apenas, a duas atas das reuniões do GTP, que constam nos arquivos da Pastoral do Migrante, e as solicitamos na Assembleia Legislativa, mas não conseguimos os documentos. Essas atas são importantes, pois se tratam de um registro das pautas levantadas pela comunidade e da posição dos representantes do Estado. Acreditamos que, pela forma e caráter, esse GTP resultou na equipe que elaborou o PACTO PELO PECÉM, mediado pela ALCE em 2013.

planejamento e uma racionalidade a partir do Estado, que teria identificado os imóveis e as famílias, feitos os estudos para a compra e realocação delas dentro de um processo claro, assim haveria pouca resistência, já que as famílias teriam sido ouvidas e suas demandas atendidas. Contudo, se fizermos um cálculo rápido das áreas demarcadas, constataremos que apenas 3.261 hectares foram demarcados, o que representa 14,8% dos 22.000 hectares vistoriados. Segundo os relatórios do SPM, apenas 218 famílias foram desapropriadas em 1997.

O Fórum do Litoral foi uma articulação ampla de movimentos sociais e comunidades, cumprindo um papel importante de realizar um diagnóstico e sensibilizar a sociedade dos impactos que o CIPP estava provocando. A Pastoral do Migrante, que integrou a articulação das lutas, sistematizou suas atividades, em 1997, de acordo com o quadro 1.

Quadro 1 – Atividades realizadas em 1997

Atividades desenvolvidas	Mês	Local
Articulação	11 e 12/04/97	Gregório e Girau.
	21/04/97	Bolso e F. Pescadores.
	05/06/97	Gregório e Girau.
	11 e 12/06/97	Gregório, Jirau, Bolso, F. Pescadores.
	01/07/97	Pecém.
	03/07/97	Gregório e Jirau.
	04/11/97	Torém, Matões, Pecém, Gregório, Bolso.
Visita missionária	13 e 14/09/97	Pecém.
	11 e 12/10/97	
	08 e 09/11/97	
	13 e 14/12/97	
Avaliação/Planejamento	22,28 e 29/04/97	Com. Mis. Disc. Emaús.
	27/05/97	Sala dos pescadores.
	01/07/97	Reunião com CPP e FL Pastoral dos pescadores.
	09/07/97	Reunião com CPP e FL Pastoral dos pescadores.
	21/08/97	Sala SPM.
	27/11/97	Com. Mis. Disc. Emaús.
Formação	13/09/97	Pecém.
	11/10/97	
	08/11/97	
	13/12/97	
Pesquisa	17/07/97	Pecém.
	21 e 22/07/97	Treinamento na UFC.
	23 e 24/07/97	Realização da pesquisa.
Celebrações	12/06/97	Igreja Pecém.
	14/06/97	Visita de celebração Bolso.
	26/06/97	Visita de celebração Gregório.
Difusão/divulgação	07 a 09/08/97	Seminário sobre o CIPP na UFC.

Fonte: Pastoral do Migrante.

Da síntese que fizemos das atividades da Pastoral do Migrante, destacamos a regularidade das visitas nas comunidades, muito embora ainda não suficientes para gerar confiança nestas, e a parceria com o FL, que possibilitou a realização de uma pesquisa junto

às famílias removidas.

No ano de 1998, a Pastoral do Migrante assumiu a continuidade dos trabalhos de mobilização das comunidades. Esse acompanhamento foi organizado em um plano de trabalho com o quadro orçamentário das visitas e acompanhamento da região do Pecém entre maio a dezembro daquele ano, com encontros regulares de 2 em 2 meses, em que os moradores foram acompanhados em suas próprias comunidades. Um relatório do encontro de catequistas da área pastoral do Pecém (comunidades Bolso, Caraúbas, Colônia e Pecém) foi sistematizado com breves informações sobre o projeto governamental (PASTORAL DO MIGRANTE, 1998). Nessas visitas foram realizadas entrevistas com o objetivo de perceber como as comunidades têm percebido o discurso oficial sobre o Complexo Portuário.

Nos encontros de formação, eram realizadas dinâmicas, cujo objetivo era articular as comunidades e fazer com que elas percebessem que são parte de uma coletividade, eis uma intervenção com o simbólico. Pellegrini (2006) dissertou sobre algumas dessas ações simbólicas. Na dinâmica do “bolo”, cada representante das comunidades levava um ingrediente, a produção coletiva representava uma unidade, “uma liga”, entre as comunidades presentes, e o mesmo objetivo se dava com a “colcha de retalhos¹³”. Em uma mística para a entrega de bíblias aos jovens no dia da proclamação da república, 15 de novembro, houve o desenterro de uma Bíblia, em que o objetivo era mostrar que “A palavra de Deus nasce do chão da vida”, de tirá-los da “Bolsa” e colocar na terra.

¹³ A colcha de retalhos representa a coletividade, os fios que unem cada retalho representam a amizade, a união. É um elemento simbólico que a Pastoral do Migrante usa para construir laços entre as diferentes comunidades.

Figura 8 – Encontro de Estudos Bíblicos - Novembro de 1999



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (1999).

Nas comunidades onde o trabalho estava iniciando ou estava se consolidando, frequentemente, era feita uma memória da mobilização, em que se contava o que era o CIPP e como as comunidades estavam sendo removidas, e o objetivo era mostrar o avanço contínuo das obras e do processo de remoção. Um exemplo disso vemos no documento guia do encontro de formação com a equipe missionária do dia 30 de maio, cujo texto diz: *O que é o CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém*. E segue: *É uma proposta de desenvolvimento sustentável do governo do Estado em parceria com o governo Federal. Sua implementação se deu a partir de julho de 1996*. (PASTORAL DO MIGRANTE, 1998.). O texto continua com um relato do processo de mobilização, no qual constam alguns acontecimentos importantes, como uma reunião com representantes dos movimentos sociais, visitas missionárias e o seminário “*CIPP – Desenvolvimento para quem?*”, realizado no ano anterior.

Na carta de 2 de janeiro de 1998, elaborada pela Pastoral do Migrante e dos Pescadores, registra-se que as 3 visitas missionárias nas comunidades no ano de 1997 não foram suficientes para avançar na organização e na resistência das comunidades. Isso é visto no relatório das visitas realizadas no período de 9 a 12 de abril de 1998,

Foram realizadas visitas nas várias comunidades da praia do Pecém que sofrem as consequências do projeto governamental de desenvolvimento daquela região com o objetivo de identificar as necessidades mais urgentes da população diante dos impactos crescentes de natureza socio-ambiental-

cultural acarretados pelo mesmo. Foi escolhida a semana Santa como data dessa missão pelo sentido que ela traz, assim estaríamos levando esperança e ressurreição aquele povo tão sacrificado e oprimido. O grupo de missionários era formado por 9 leigos e 3 religiosos, o qual foi dividido em 3 grupos menores de forma que um maior número de famílias participassem daquela iniciativa. O grupo esteve presente no Bolso, Caraúbas e na própria cidade do Pecém. (...) conhecemos a área verde, comunidade localizada a 3 km do centro do Pecém onde moram 16 famílias que também terão suas terras desapropriadas, pois ali será uma área de preservação ecológica. Foi marcante a falta de organização de lideranças locais capazes de manifestar, reivindicar os direitos daquele povo. É preocupante a passividade dos moradores frente a tamanho problema. Importante foi percebermos que com a nossa presença houve uma motivação das pessoas para se reunirem com mais frequência na busca de melhores condições dentro da situação que lhes é imposta. (PASTORAL DO MIGRANTE, 1998).

A partir desse diagnóstico, a Pastoral do Migrante foi indicada a assumir a tarefa de acompanhamento permanente das comunidades, e uma das condições para que esse trabalho fosse realizado de forma mais qualificada era a presença permanente da pastoral na área. Para isso, foi necessária a construção de uma casa missionária, e a ideia partiu de representantes das comunidades. O terreno foi cedido pela prefeitura de São Gonçalo do Amarante, e a construção se deu em regime de mutirão. A irmã Idalina Pellegrini informou que a casa foi vendida anos depois pelo pároco do Pecém. Seu desejo era o de que a comunidade tivesse ficado com o imóvel, o que não ocorreu pelo fato de este não ter documento. Além da necessidade de avançar na organização coletiva, a perspectiva de que, em 5 anos, haveria um aumento de 150 mil pessoas na área apontava a urgência para intensificar o acompanhamento na área.

Figura 9 – Casa Missionária 1999



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante.

No final do ano de 1998, a Pastoral do Migrante participou de reuniões técnicas junto a representantes das comunidades e ao governo como foi o caso da reunião do dia 9 de dezembro no Pecém, sobre a usina termelétrica, com representantes das comunidades de Caraúbas, Cambeba e Pecém. O responsável pela NERGISA informou que esta era a segunda termelétrica do Brasil e seu objetivo era fornecer energia a todo o complexo. O gás viria de Guamaré no Rio Grande do Norte até o Pecém, e a térmica seria localizada na estruturante CE 422 ocupando 20 hectares, vizinho da refinaria. No documento constou que a Coelce assumiria a responsabilidade de compra e venda da energia por vinte anos. O informante não disse às comunidades que seriam atingidas pela obra.

A construção de um gasoduto interligando os dois municípios é outra infraestrutura do Complexo do Pecém, o gasoduto tem capacidade de transportar um volume de 650 m³/dia de gás natural, aumentando a oferta do produto para fins diversos. O GASFOR está interligando vários Estados do Brasil desde o extremo Sul até o porto do Pecém (GASODUTO GUAMARÉ-PECÉM, 2018, Não paginado).

Na proposta de trabalho da pastoral do migrante do dia 1 de novembro, um documento do IDACE consta a informação de que 1.172 imóveis no total de 17.484 hectares iriam ser atingidos pela construção do complexo portuário. (PROPOSTA DE TRABALHO PASTORAL NA ÁREA DO PECÉM, 1999, P. 1). No documento consta que o porto custaria 120 milhões, o polo metal mecânico 1 bilhão e que um grupo alemão iria administrar a

refinaria.

Na carta de Ação de Graças, do dia 9 de dezembro, a apresentação da equipe foi feita pelo Monsenhor Antônio Souto, na qual diz: A que vemos: a equipe missionária se formou graças à sensibilidade de alguns frente ao clamor do povo: clamor de justiça, clamor de terra, clamor de paz, clamor de ternura.

Estamos oferecendo apenas a possibilidade de sermos uma presença maior da igreja e Jesus Cristo, como parte da arquidiocese de Fortaleza. Nos colocando junto às comunidades, ao lado dos animadores, agentes pastorais catequistas, jovens e adultos para fazermos juntos uma caminhada, a serviço da animação dos trabalhos pastorais e da formação de novas lideranças na região, tendo como objetivo resgatar a dignidade dos excluídos, dos discriminados, dos sem voz e sem vez. (AÇÃO DE GRAÇAS. Nove de dezembro de 1998).

No dia 9 de dezembro de 1998, houve a posse da equipe missionária no Pecém com a realização de uma missa na paróquia do distrito e, no dia 31 de janeiro de 1999, a 1ª reunião da equipe missionária quando foi feito um planejamento para aquele ano. O relatório das visitas no Pecém foi realizado nos dias 9 a 12 de abril de 1998 e consistia em fazer um balanço das atividades realizadas ao longo do ano. Ainda, naquele ano, houve o 2º Encontro das Comunidades do Pecém, realizado na comunidade das Caraúbas no dia 24 de dezembro de 1998.

Na reunião com o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (CPDDH) da arquidiocese, foi feita a orientação para que a comunidade esteja unida para a defesa dos direitos.

cada família faça o registro de bens materiais e avaliar o valor com os órgãos responsáveis pela terra - ninguém negocie sozinho a comunidade é o escritório de decisão do que é melhor para todos - encaminhar nova carta para solicitar a visita a comunidade da comissão de direitos humanos do Estado (SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE, 1998 Não paginado).

A Pastoral realizou diversas atividades, como as expostas a seguir, com o objetivo de motivar e organizar as comunidades contra as ações do Complexo portuário.

Quadro 2 – Atividades realizadas em 1998

(continua)

Atividades desenvolvidas	Mês	Local
Articulação	Julho	(Pecém) Colônia, Bolso, Caraúbas.
	22/08/98	Não consta.
	09/01/98	Bolso.
	27/10/98	Reunião com CDDH da Arquidiocese.
	11/11/98	Cadastro de bens das famílias.
Visita missionária	09/04/98	Pecém, Bolso, Caraúbas.
	08/12/98	Não consta.

	02/04/98	Bolso, Caraúbas, Pecém e Matões.
Planejamento	24/10/98	Caraúbas.
	01/11/98	Não consta.
	07/05/98	Reunião com a arquidiocese.
	29/09/98	Não consta.
	06/11/98	Apresentação da gincana.
	21 e 22/11/98	Avaliação e planejamento de todas as áreas.
Visita técnica	09/12/98	(Escritório executivo do governo) Caraúbas, Cambéba, Pecém, Tec. do governo e estudantes universitários.
	23/08/98	Visita do Monsenhor Souto (Pecém).
Formação	30/05/98	Não consta.
	14/11/98	1º encontro de estudos bíblicos.
Celebrações	Sem data	Pecém, Caraúbas.
	Natal	Pecém.
Difusão/divulgação	15 a 20/05/98	Semana do migrante (Seminário da Prainha).
	04 a 10/10/98	Marcha popular em Brasília.
	27/11/98	Assembleia da RMF II.

Fonte: Serviço Pastoral do Migrante.

Como síntese das atividades realizadas no ano de 1998, avaliamos a predominância das atividades de planejamento, continuidade do trabalho de formação, restrita a algumas comunidades. É importante destacar, também, a realização da Semana do Migrante como parte das atividades de difusão da luta.

A poesia a seguir foi feita por Paulo César Santos de Souza, jovem da comunidade Bolso, uma das comunidades atingida pelo Complexo Portuário em 1999. Trata do processo de desapropriações que estavam acontecendo.

OBRIGADOS A SAIR, SEM SABER PARA ONDE IR

Gente
 como vocês podem ver
 a vida que o pobre tem
 vive da agricultura
 do seu trabalho
 o seu sustento
 de onde vem,
 até vem uma autoridade
 e sem nem uma piedade
 toma tudo o que ele tem.

Forçados a deixar suas terras
 para indústria ser construída
 muitos choram água dos olhos
 com muito desgosto da vida
 ao recorda sua estância
 do seu tempo de criança
 na hora da despedida.

Derramando o seu suor
 passando necessidade
 para cultivar sua terra
 com muito orgulho e vontade
 sendo obrigado a sair
 sem saber pra onde ir

ou vai morar em cidade.

Na cidade como um estranho
 ele vive em aflição
 sem trabalho e sem dinheiro
 em sua casa falta pão
 sendo de sua terras afastado
 ao recordar esse passado
 lhe parte o coração.

Muitos sem desabrigo
 a maioria apelam pro céu
 muitos tinham suas casas próprias
 muitos vivem de aluguel
 sentindo em seu sentimento
 a dor deste sofrimento
 deste destino cruel.

E aqui vou terminando
 com o peito emocionado
 agradeço a comunidade de Pecém
 e pra todos os convidados
 somos o grupo nova geração
 desculpem e muito obrigado.

A poesia foi apresentada na estação da via sacra, na Sexta-feira Santa, em 1999, em que a Pastoral do Migrante, dando continuidade ao trabalho de mobilização das comunidades, continuou realizando as visitas e os encontros. Identificamos que, além das atividades de mobilização, as comunidades demandavam atividades de evangelização, como as missas. Isso é o que constatamos no *Relatório Encontro comunidades do Pecém de 6 fevereiro de 99*.

As dificuldades no acompanhamento dos trabalhos junto às comunidades eram constantes, além das dificuldades externas de garantir unidade coletiva frente ao governo. A equipe missionária também encontrou dificuldades internas junto à própria igreja, como observamos na *Carta sobre a ação pastoral na arquidiocese de Fortaleza, de 6 de março*,

Também há maior preocupação com a manutenção da fé do que com sua animação. Isso parece muito evidente no campo sacramental. Os sacramentos são vistos e celebrados (muitas vezes nem celebrados, mas só administrados apressadamente) como se fossem bens particulares de consumo, sem o atendimento a exigências de compromisso pessoal e social, individual e comunitário que sua percepção impõe; (PASTORAL DO MIGRANTE, 1999).

Já no relatório da *Assembleia da área da pastoral do dia 6 de março*, outros problemas são identificados, como a relação do movimento com o poder público, especificamente o poder executivo, visto como os executores das ações e dos processos que estavam acontecendo, como é o caso do avanço das atividades turísticas, do aumento do consumo de drogas e da prostituição. O seguinte trecho do relatório mostra bem isso:

O turismo que destrói o meio ambiente é uma falta de respeito com o povo, os poderosos não pensam no outro na cultura, na saída que faz chorar. - Injustiça social no campo e na cidade, temos que conscientizar o povo que estão a margem, os governantes chegam e impõe, nem perguntam nada, nós não temos noção dos nossos direitos, temos que saber o que fazer, como devemos agir em nossa própria defesa. [...] -Os jovens drogados os pescadores, os desempregados, as jovens prostitutas, as mulheres espancadas, vila o povo do mangue, os desapropriamentos de varias famílias no centro do Pecém fechamento do seu próprio eu. (PASTORAL DO MIGRANTE, 1999).

A pesquisa revela que a comunidade do Bolso foi a mais afetada no ano de 1999 com processos de desapropriação de terras e indenizações das benfeitorias. O governo anunciava as comunidades que seriam desapropriadas, porém não dava informações precisas sobre datas, valores e locais para onde seriam encaminhadas. As indenizações ocorriam diretamente com os proprietários, o que motivou a mobilização de várias reuniões naquela comunidade para tentar conter a violência empregada pelos representantes do governo. No mês de agosto, foram, pelo menos, três reuniões registradas pela pastoral, e, no *Relatório da reunião da comunidade Bolso*, de 6 de agosto, consta que 300 famílias queriam ficar na terra.

Além disso, no documento: *Um olhar sobre a situação da comunidade de Bolso 1999*, constam denúncias das comunidades, como: a expulsão de outras comunidades *excluídas do mapa*; a falta de informações do destino bem como dos valores das benfeitorias e das indenizações; *desordem ambiental, humana e social*. A seguinte passagem dá conta do processo de mobilidade compulsória, que estava ocorrendo na área do Pecém, “Algumas famílias vão ser reassentadas em dois assentamentos: Munguba e Forquilha, que se encontram ainda em fase de conclusão, [...], outras estão soltas, perdidas em algum lugar dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, vivendo de alugado; outras ainda estão sem paradeiro definido”. (PASTORAL DO MIGRANTE, 1999).

Tamanha agressão mobilizou a comissão de direitos humanos da arquidiocese, a se manifestar, como vemos na ata da *Reunião das comunidades Bolso, Tapuio e Oiticica com o CDPDH*, de 27 de outubro.

Sem informações as comunidades sentem-se ameaçadas, mas a esperança é de poder ficar na terra. Alguns até dizem: “só saio daqui se for morto.” Após este relato a comunidade se manifestou dizendo como foi tratada nas desapropriações já ocorridas. Sr. Irineu falou que recebeu R\$ 400,00 por 1 há, 1 pé de cajueiro R\$ 7,00, era dono de 6 há só pode comprar 2 há com o dinheiro da indenização. Sra Ivanisse da comunidade Oiticica falou que os técnicos do IDACE chegaram de maneira ameaçadora: “Nós temos direito de entrar e tirar o que queremos. Ofereceram R\$ 470,00 de um terreno para retirar cascalho, R\$ 0,30 por um pé de Carnaúba, fui obrigada a fechar acordo com R\$ 800,00 pelo terreno.” (PASTORAL DO MIGRANTE, 1999).

A pesquisa traz alguns relatos do processo de desapropriação a partir dos Camponeses, porque consta nos relatórios do IDACE outra versão, a de que o processo ocorreu de maneira amigável. Além da forma violenta da expulsão, as denúncias revelam valores irrisórios das benfeitorias e indenizações, que não eram dadas a todos. Os aposentados por exemplo, não tinham direito a cestas básicas e auxílio moradia. Os dependentes, também, não tinham direito a indenizações assim como os moradores que tinham outros imóveis ou que receberam indenização acima de 11 mil reais. Segundo Monte (1999), o CIPP desalojou 525 famílias, das quais 307 foram indenizadas. O IDACE elaborou um plano de reassentamento para 218, desse total 88 desistiram e as 130 restantes foram para os reassentamentos Cambeba, Novo Torém, Forquilha e Munguba. As desapropriações obedeceram aos seguintes critérios: 1- ter moradia no imóvel desapropriado; 2- não possuir outra terra; 3- terra ser menor que 5 hectares; 4- chefe de família não ser servidor público; 5- ser casado; 6- indenização não ultrapassar os 11,800 reais.

Apesar de o processo de desapropriação estar em pleno curso, a equipe missionária enfrentava algumas dificuldades organizativas, entre elas a falta de confiança da comunidade no trabalho da pastoral. A equipe do Bolso não tinha confiança nas irmãs, apesar de elas estarem há dois anos com a comunidade. Um dos motivos pode ter sido, inclusive, o fato de que as missionárias eram brancas, de olhos claros, como verificamos na dissertação de Pellegrini, confirmada por ela em uma entrevista (PELLEGRINI, 2006, p. 14). A confiança das comunidades com a pastoral mudou a partir da incorporação da arte como metodologia de trabalho na sensibilização das pessoas, conforme nos revela a seguinte passagem:

Nesse processo, dois momentos importantes se destacam: o primeiro momento, quando utilizávamos uma metodologia de reuniões e conversas e não conseguimos estabelecer uma relação espontânea de abertura e confiança com as comunidades. Um segundo momento, a utilização de recursos expressivos da arte: oficinas de bordado, desenho, poesia, colcha de retalhos, teatro, histórias. (PELLEGRINI, 2006. p. 9).

Outra dificuldade foi a de formar lideranças capazes de se impor frente ao governo para evitar a remoção ou mesmo mitigar conquistas. Houve acordo para a indenização, mas as comunidades não tinham orientação do valor das benfeitorias, o que fez com que, no processo de indenização, se considerasse valores muito abaixo das condições para que, no caso das remoções, houvesse a garantia de conseguir condições semelhantes de reprodução social das que tinham nas suas terras de origem. É o que se constata na ata da *Reunião da comunidade do Bolso, Tapuia e Oiticica com CDPDH* no dia 27 de outubro.

A *Reunião da equipe missionaria Pecém* no dia 8 de agosto teve duas pautas: a

construção de um abrigo para os missionários, para poderem vivenciar cotidianamente a comunidade com um mutirão da casa missionária; e o processo de desapropriação da comunidade do Bolso, onde se apresentava uma resistência entre eles e o governo. A equipe missionária, esta deve mostrar de que lado está? Essa foi outra preocupação relatada no documento, revelando que havia um descompasso entre o trabalho de evangelização e o trabalho de mobilização pelas reivindicações. As atividades de mobilização da comunidade eram feitas com as pessoas que se dispusessem a participar, porém algumas atividades foram dirigidas para parcelas da população local como o trabalho com a juventude e com os idosos que culminou na realização de uma gincana de animação com jovens das comunidades do Bolso, Tapuio e Oiticica. O objetivo era conhecer sua terra, conhecer sua gente, conhecer sua história.

A Pastoral do Migrante não restringiu suas ações ao Pecém, também acompanhou a ocupação do MST em frente ao INCRA como relata o texto: *Notícias de Fortaleza – Ceará*, de 14 de abril daquele ano. Neste relato, além da descrição do processo de expulsão das comunidades do Bolso, consta a informação a respeito da equipe missionária,

A equipe missionária, que agora é permanente e formada por quinze pessoas, colocou-se como discípula (o) no caminho doloroso das famílias que se sentem cada vez mais ameaçadas pelo “Progresso”. A implantação do complexo industrial e portuário do Pecém já mudou muito a realidade das comunidades: duas comunidades já foram despejadas e nesse local já está sendo construída a siderúrgica. A comunidade do Bolso com mais de 150 famílias será desapropriada; 107 famílias aguardam a dois anos o assentamento prometido pelo governo. O povo está amedrontado: “Não sabemos o que vai acontecer, precisamos que alguém nos oriente sobre nossos direitos”. (PASTORAL DO MIGRANTE, 1999).

Na reunião do GTP de 14/07/99, foi discutida a Situação ambiental e áreas de preservação, constando duas unidades de conservação: uma Área de Proteção Ambiental – APA – e uma Estação Ecológica. Já na reunião do - GTP - do dia 21/7/99, foi debatida a situação da pesca no Pecém. Nessa reunião do GTP, chama atenção o questionamento que a CPT fez ao representante do IDACE, questionando “uma vez que o governo promove as desapropriações, como ele vê o processo de reforma agrária nessas áreas?” (REUNIÃO SOBRE A SITUAÇÃO DA PESCA NO PECÉM – GTP PECÉM 1999), e o representante do IDACE não tinha argumentos para responder ao questionamento.

Além das reuniões que tratavam das desapropriações, a situação dos pescadores se agravava com a diminuição da pesca, em decorrência da prática da pesca de arrasto, que, de forma predatória, comprometia a sobrevivência de pequenos pescadores. A situação chegou a tal ponto que os prefeitos de Caucaia e São Gonçalo do Amarante chegaram a proibir a

prática.

Como podemos constatar, vários conflitos decorrentes da instalação do Complexo Portuário ocorriam ao mesmo tempo, como questão de posse e uso da terra, impactos ambientais decorrentes da construção do porto, o que provocou a perda de 495.000 m³ de areia da praia do Pecém, e a descaracterização das dunas com a construção das rodovias de acesso ao complexo (SOS DUNAS E FALÉSIAS, 1999, Não paginado).

Como síntese das atividades desenvolvidas pela Pastoral do Migrante, destacamos a cartilha: Construindo Nossa História (SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES, 1999), resultado de uma dinâmica que o SPM fez junto às comunidades com o objetivo de resgatar a história dos lugares e das pessoas. No texto, ao entrevistar os mais idosos, os jovens identificaram que a origem do nome de alguns lugares e de uma parte dos ascendentes era indígena. Essa constatação fez com que parte das comunidades reivindicasse a identidade indígena e lutasse para permanecer na terra. Nos anos seguintes, a questão indígena ganhou força e promoveu uma grande mobilização pela demarcação das terras.

O quadro síntese das atividades do ano de 1999 mostra a continuidade de atividades de planejamento. É provável que o acúmulo de atividades de acompanhamento da comunidade do Bolso tenha demandado mais energia das irmãs.

Quadro 3 – Atividades realizadas em 1999

Atividades desenvolvidas	Mês	Local
Articulação	06/02/99	Pecém, Bolso, Tapuio, Campo Grande, Caraúbas, Colônia.
	01/08/99	Reunião comunidade Bolso.
	27/10/99	Reunião comunidade Bolso com CDPDH.
	14/11/99	Gincana de jovens Bolso, Tapuio e Oiticicas.
Avaliação/ Planejamento	30/01/99	Pecém.
	06/02/99	Equipe Missionária (Pecém).
	06/03/99	Assembleia pastoral Pecém.
	01/06/99	Reunião equipe missionária.
	11/06/99	Reunião da equipe missionária.
	30/06/99	3ª reunião construção casa missionária.
	24/07/99	Reunião preparação Gincana do Bolso.
	31/07/99	Preparação visita do bispo.
08/08/99	Reunião equipe missionária.	
Visita técnica	14/07/99	Relatório do GTP.
Formação	08/05/99	3º Encontro de Formação (Pecém).
Celebrações	15/11/99	Celebração de entrega das bíblias aos jovens (Pecém).

Fonte: Serviço Pastoral do Migrante.

A poesia a seguir marca uma mudança qualitativa nas atividades da Pastoral do Migrante junto às comunidades. Depois de alguns anos mobilizando, organizando e fazendo

planejamentos, o avanço das desapropriações e aumento da organização das comunidades irá provocar uma mudança no caráter das atividades, que deixaram de ser majoritariamente de denúncia para ser de resistência coletiva, com ações de ruas.

MÃOS SE ERGUEM NA LUTA PELA TERRA

A terra mãe de todos,
dos oprimidos dos lutadores
As mãos calejadas
não se cansam de movê-la.

Se dão conta da importância!
E entram na luta.
Erguem seu lema;
a terra é nossa.

Saudades vão ficando
de terras que se passaram,
Mas no peito vai vibrando,
um coração simples e magoado.

Acordam,
e torna-se o sonho real, sem medo,
Mas com coragem de ver
o amanhã florescer.

Erguem as mãos
e vão em busca do caminho,
Os clamores da justiça,
os ajudam a lutar,
E os animam
a descobrir a morada

O ano 2000 marcou o trabalho missionário no Pecém por conta da articulação da intervenção local com a intervenção nacional. A Pastoral do Migrante, como parte da igreja, participou do Grito dos Excluídos e da campanha do Plebiscito da Dívida Externa, que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil promoveu. No plebiscito da dívida, compareceram mais de 5 milhões de brasileiros em mais de 3 mil municípios para dizer não ao pagamento da dívida pública junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi organizado na semana da independência de 1 a 7 de setembro daquele ano. A iniciativa, que integra diversos setores organizados da sociedade, faz parte da Campanha Jubileu 2000: Por Um Milênio Sem Dívidas, lançada pelo Setor Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Figura 10 – Grito dos Excluídos 99



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante.

No processo de intensificação da mobilização junto às comunidades, o trabalho com a juventude foi fundamental para estreitar laços de confiança, ampliar o trabalho de base, resgatar sua História e identidade. Entre os dias 26 a 28 de maio, foi realizado o *Retiro de jovens da comunidade Bolso, Tapuio e Oiticica*, que preparou os acampamentos missionários. O I Acampamento Missionário teve como tema: *Mãos se erguem na luta pela terra* e foi realizado nos dias 23 e 24 de setembro, na comunidade do Bolso. Já o II Acampamento Missionário, com o tema: *Progresso é vida feliz para todos*, ocorreu dias 7 e 8 de outubro de 2000 na comunidade do Pecém.

Figura 11 – Acampamento Missionário 2000



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante, 2000.

Os acampamentos missionários foram importantes não só para consolidar o

trabalho nas comunidades, mas também para mobilizar a juventude, além disso as dinâmicas foram feitas de modo a buscarem uma identidade a partir do nome dos lugares, do que se produzia, da História das pessoas. Algumas orientações importantes foram tiradas no I Acampamento Missionário.

Quadro 4 – Conselhos da comunidade para se manter unida em defesa dos seus direitos

- 1- Confiar e buscar informações com a comissão que representa a comunidade.
- 2- Passar as informações da comissão para os vizinhos.
- 3- Não assinar nenhum papel sem a orientação da comissão.
- 4- Não confiar em pessoas estranhas nem dar informações.
- 5- Não se acomodar, achando que desapropriação nunca vai acontecer.
- 6- Ficar sozinho é escolher o caminho da morte, lutar unidos é o caminho da vida.
- 7- Conhecer e valorizar nossa história.
- 8- Participar das reuniões e celebrações ou culto da comunidade.
- 9- Ter fé em Deus, que caminha conosco.
- 10- Ser irmão é viver em comunhão “e Javé nos trouxe a este lugar dando-nos esta terra: uma terra onde corre leite e mel.” Dt 26,9.

Fonte: Serviço Pastoral do Migrante, 2000.

Também, no ano 2000, os primeiros assentamentos já tinham sido entregues, estavam sendo realizadas as primeiras avaliações das condições que o governo os entregou e as dificuldades que os moradores enfrentavam. No *Relato da situação dos assentados com a implantação do CIPP*, de 19 de dezembro, consta que a implantação do CIPP teve como consequência: “Morte por doenças, provocadas pelo abalo da perda da terra e da casa, onde viveram desde que nasceram; - Tristeza e desânimo pela saída do espaço onde nasceram e se criaram tendo liberdade e apego a terra; - Perda das raízes, identidades num crescente processo de Desculturalização¹⁴”. (PASTORAL DO MIGRANTE, 2000a). O relato segue lamentando que os esforços foram muitos, mas não suficientes para barrar a implantação do CIPP, que as terras foram desapropriadas nas áreas do Gregório, Matões, Torém e da praia, que foi deslocada para pequenas casas a 3 km do local de origem. As outras áreas Matões, Gregório, Área verde e Torém foram divididas entre os assentamentos: Munguba, com 42 famílias, no município de Paracuru; Forquilha com 21 famílias; e Novo Torém com 20, no município de São Gonçalo do Amarante. As terras desocupadas, em sua grande maioria, viraram desertos. (PASTORAL DO MIGRANTE, 2000a).

¹⁴ Desculturalização é um termo utilizado pela Pastoral para se referir à perda da identidade cultural das comunidades.

Figura 12 – Assentamento Novo Torém 2000



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante, 2000.

O relato segue dizendo que, nas visitas, se detectou uma precariedade na situação dos assentamentos, pois as famílias passavam por dificuldades por não terem condições de sobreviver, algumas recebiam uma cesta básica para uma família de sete pessoas. A visita dos técnicos do MPF constatou que não se conheciam as desapropriações, o termo de ajustamento de conduta sugerido por uma antropóloga, até então, não foi colocado em prática, apenas alguns incentivos para amenizar a situação dos assentados, incentivos esses que já estavam previstos no processo de desapropriação e que se resume na construção de galinheiros, de poços artesianos e de uma casa de farinha a uma diária paga entre 8 a 5 reais, apesar de a situação geral dos jovens, em especial, não ter mudado muito. (PASTORAL DO MIGRANTE, 2000a).

Quadro 5 – Assentamentos, origem das famílias e localização, tipo de assentamento

Assentamento	Origem das famílias.	Localização.	Tipo de assentamento
Munguba	Comunidades de Cambeba, Itapará, Área Verde, Matões, Torém e Paul.	Distrito de Jardim, município de Paracuru. Foi instalado nos anos de 1999/2000, com 37 famílias.	Urbano,
Forquilha	Famílias que foram desapropriadas para a implantação do porto.	Distrito de Siupé, município de São Gonçalo do Amarante. Foi instalado em 1999 com 21 famílias.	Rural, com 63 hec.
Novo Torém	Comunidade de Torém e Matões.	Distrito de Siupé, município de São Gonçalo do Amarante, abriga 25 famílias, sendo 3 agregadas.	Rural, com 72 hec.

Fonte: Serviço Pastoral do Migrante.

O assentamento dessas comunidades, impunha uma nova realidade para a atuação da pastoral. Além do trabalho de mobilização junto às famílias que ainda estavam resistindo, a

organização das comunidades assentadas estava com a iniciativa de geração de renda, já que as condições descritas revelavam desemprego, realizando oficinas de geração de renda, como a de produção de picolé e sorvete; já artesanato e roupas foram desenvolvidos junto às mulheres.

No quadro síntese das atividades da Pastoral do Migrante do ano 2000, constatamos um aumento significativo da quantidade de atividades realizadas e do caráter qualitativo que essas atividades cumpriram para potencializar a luta. A articulação das lutas locais com as mobilizações de caráter nacional está presente assim como o aumento significativo de atividades de difusão da luta.

Quadro 6 – Atividades realizadas em 2000

(continua)

Atividades desenvolvidas	Mês	Local
Articulação	22 a 25/02/00	Visita das famílias com a comissão da terra-Oiticicas.
	11 e 12/05/00	Articulação para o trabalho de artesanato com mulheres.
	17/06/00	Reunião e celebração com a comunidade de Oiticicas, encaminhamento dos cadastros de bens da família.
	22/06/00	Celebração com a comunidade, informação sobre o CIPP.
	29/07/00	1ª reunião, preparando o Acampamento Missionário.
	05/08/00	Reunião com o conselho da comunidade.
	17/08/00	Reunião preparatória para o Acampamento Missionário na comunidade Bolso.
	28/10/00	Reunião com a coordenação da pastoral do migrante.
	21 a 22/11	Oficina de artesanato com agentes da pastoral.
Avaliação/ Planejamento	02 a 05/3/00	Formação e planejamento com a equipe missionária.
	11 e 12/03/00	Assembleia e planejamento das atividades pastorais.
	08 e 09/04/00	Encontro com a comissão da terra.
	28/05/00	Encontro de análise de conjuntura com MST e planejamento de atividades de formação.
	22 e 23/06	Encontro de avaliação, mística e celebração com os agentes da pastoral do migrante.
	13/08/00	Encontro de formação e planejamento com a equipe missionária.
	02/09/00	Reunião com as comunidades, preparando o plebiscito e o grito dos excluídos.
	18/10/00	Avaliação das atividades pastorais da área do Pecém com a equipe missionária.
	12/11/00	Avaliação das atividades pastorais do Bolso.
	18 e 19/11/00	Avaliação e planejamento com os agentes do SPM.
	25 e 26/11/00	Encontro de formação e avaliação com a equipe missionária.
	10/12/00	Reunião para uma definição da atuação da pastoral no Pecém.
	29/12/00	Reunião de planejamento com as comunidades do Bolso.
Visitas missionárias	25 e 26/03/00	Visita às famílias do Bolso.
	20/04/00	Visita à comunidade Tapuio.
	14 a 16/6/00	Visita aos assentamentos e às famílias que ainda não foram assentadas - Madeiro, Giral e Torém.
Visita técnica	10/10/00	Reunião do GTP.
Formação	20/01/00	Encontro de Formação Bíblica.
	06/05/00	Formação com a comunidade do Bolso e Conselho Comunitário Pastoral.
	27/05/00	Retiro dos jovens – Bolso, Oiticicas e Tapuio.

	21 a 27/08/00	Encontro de formação com as comunidades Parada, Tapuio, Bolso, Oiticicas, Pecém, Assentamento Novo Torém e Forquilha, preparando o Plebiscito da Dívida Externa e o Grito dos Excluídos.
	03/09/00	Encontro de formação com os 50 missionários que participarão no assentamento missionário. Objetivo: conhecer a realidade das comunidades e aprofundar o tema Jesus Missionário.
Celebrações	18 e 19/04/00	Visita missionária e celebrações nos assentamentos Forquilha e Torém.
	23 e 24/12/00	Celebração de Natal com as comunidades.
Difusão/divulgação	11 a 21/6	Festividade de São Luiz Gonzaga, padroeiro da cidade.
	08 a 17/09/00	Festa do padroeiro - Jesus, Maria e José nos ensinam que o progresso é o povo feliz.
	08 a 10/09/00	I encontro de agentes da pastoral do migrante com 45 agentes do Estado do Piauí, Paraíba, Bahia e Ceará.
	26/09/00	Debate político em São Gonçalo do Amarante.
	04 a 07/09/00	Plebiscito com votação nas comunidades.
	07/09/00	Grito dos Excluídos no Pecém.

Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (2000).

3.6 As ações da Pastoral do Migrante: articulação local ao global

A formação da comissão da terra por representantes das comunidades representava o embrião de um projeto de classe contra o Estado e tinha o objetivo de articular as ações coletivas.

Há na comunidade uma Comissão da Terra, composta por 9 representantes dos núcleos de famílias que formam a comunidade. Essa Comissão é responsável pela articulação dessa luta, levando informações a todas as famílias do que vem acontecendo e denunciando as injustiças. (PASTORAL DO MIGRANTE, 2001).

A pesquisa documental mostrou que a continuidade do trabalho de mobilização em 2001 foi marcada pela atuação a partir da ALCE por meio das audiências públicas. No dia 28 de agosto, uma carta foi enviada ao presidente da Comissão Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará, relatando os problemas e exigindo a retomada dos trabalhos do GTP, que ocorreu dia 12 de julho. Na audiência pública do dia 1 de outubro¹⁵, foram discutidas as desapropriações e as indenizações. A ata inicia fazendo uma caracterização geral do projeto e das comunidades atingidas, depois seguem alguns depoimentos dos representantes das várias comunidades,

1. Desapropriações e Indenizações - Dona Ivanisse (Oiticicas) – Em 1999, técnicos do Governo indenizaram uma área para a construção do canal

¹⁵ As atas das audiências públicas na ALCE só passaram a ser digitadas a partir de 2002. As atas anteriores estão arquivadas em várias caixas sem organização por ano e comissões, o que impossibilitou o acesso destas para avaliar a participação, as pautas e os deputados envolvidos.

adutor Sítios Novos – Pecém. O valor unitário da planta carnaubeira foi de 0,30 centavos. Seu Quincas (Tapuio) – Sobre o valor das benfeitorias da terra, recebeu um papel já pronto sem nenhuma participação sua. Apenas teve que assinar. Uma planta de coqueiro foi pago R\$ 1,00. Dona Josefa (Lagoa Seca) – Suas Terras foram desapropriadas para a construção da estrada. De início, prometeram uma quantia e veio outra. Ao saber que ela iria atrás de seus direitos, uma técnica do Governo passou um dinheiro extra para ir mais.

2. Reassentamento - Dona Conceição (Munguba) – Desapropriada em 1997 e reassentada com outras 40 famílias em 1999 em Munguba, município de Paracuru a 30 Km do Pecém. Nesta localidade não tem transporte para se deslocar a outro local. Retornou para o lugar onde morava antes porque não tem condições de sobrevivência. Hoje tenta reconstruir tudo o que deixou.

3. Resistência na terra- Dona Franquinha (Gregório) – Esta família resiste até hoje na comunidade Gregório, todas as demais famílias já foram reassentadas. No início o Governo ofereceu um preço baixo e a medida que eles resistem mais aumenta o valor, mas ainda não paga o que eles exigem. Boa parte de sua área já foi destruída pelas máquinas e queimadas. A família entrou na justiça por perdas e danos por uma área que foi invadida sem ter negociado.

Os depoimentos relatam, também, invasão de áreas dos camponeses, por parte de agentes do Estado, baixo valor oferecido pelas benfeitorias e terrenos, óbitos, principalmente de pessoas idosas, além de várias desistências de famílias que foram cadastradas para serem reassentadas, algumas delas voltaram para a área de origem. Na pauta de reivindicações está o pedido de informações sobre o projeto, que as negociações sejam feitas coletivamente, além do pedido de respeito à natureza.

No ano 2001, a principal mobilização nacional foi a participação no Fórum Social Mundial (FSM), que ocorrera naquele ano na cidade de Porto Alegre.¹⁶ Mas a principal atividade local foi a realização do 3º Acampamento Missionário. Depoimentos dos participantes dão conta da continuidade do processo de expulsão das comunidades das áreas:

“Antes de nossas terras serem desapropriadas, as pessoas desfrutavam da plantação de: milho, feijão, batata, macaxeira, melão, jerimum, coco. Nesse período era tempo de plantar milho e feijão. Com a desapropriação as pessoas estão passando fome” Chico Conrado. “A única solução diante da desapropriação é a união da comunidade” Maria de Fátima Chaves. “Toda a minha vida foi construída aqui, conheço todas as pessoas, ser tirado daqui trás muito sofrimento e saudade” Tereza “Aqui melhorou porque tem energia, mas a violência aumentou, já mataram duas pessoas.” Francisco – Munguba. “A terra é nossa, ela tem uma história, foram dos nossos antepassados” Marizinha – Madeiro. (PASTORAL DO MIGRANTE,

¹⁶ Conforme define sua Carta de princípios, o Fórum Social Mundial é um espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal e estão construindo alternativas para favorecer o desenvolvimento humano bem como buscar a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. O Fórum Social Mundial (FSM) se reuniu pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo. <<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>> Acesso em 26 de outubro de 2018.

2001).

Quadro 7 – Atividades realizadas em 2001

Atividades desenvolvidas	Mês	Local
Articulação	19/05/01	Encontro com a comissão da terra Bolso.
Avaliação/ Planejamento	04/03/01	Encontro de planejamento com agentes da pastoralna comunidade Bolso.
	17/11/01	Reunião da equipe missionária.
Visitas missionárias	20/5/01	Visita missionária assentamento Munguba.
Formação	01/9/01	Encontro de formação com o tema: por amor a essapátria, construímos nossa História- Bolso.
	29/9/01	Formação: preparando o Acampamento Missionário.
Celebrações	30/06 e 01/07/01	Encontro de espiritualidade e lazer.
Difusão/divulgação	03/10/01	Audiência pública.

Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (2001).

No quadro síntese das atividades da Pastoral do Migrante no ano de 2001, constatamos a diminuição da quantidade de atividades registradas, porém a participação em audiências públicas na ALCE e a consolidação da Comissão da Terra revelam o avanço organizativo das comunidades.

No ano de 2002, houve a articulação do Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZC), responsável pela articulação das lutas que ocorriam no litoral cearense. Como dissemos anteriormente, o processo de modernização do litoral provocou ou acirrou vários conflitos entre as comunidades litorâneas e os projetos turísticos.

Ainda, ocorreu o 4º Acampamento Missionário, em outubro de 2002, com o tema: Comunidade em Missão resgatando sua História, na localidade de Matões, e contou com representantes das comunidades da Área Verde, Lagoa Amarela e Baixa das Carnaúbas.

Quadro 8 – Atividades realizadas em 2002

Atividades desenvolvidas	Mês	Local
Articulação	27 e 28/04/02	Assembleia da área pastoral do Pecém.
	12/06/02	Oficina de arte-vida Zé Vicente.
	05/7/02	Reunião sobre o acampamento – Matões.
	04/6/02	Reunião preparando show do Pecém.
Avaliação/ Planejamento	10/08/02	Reunião de preparação Grito dos Excluídos.
	09/11/02	Encontro de avaliação e planejamento.
Visitas missionárias	18/05/02	Visita missionária Núcleo Oiticicas – Campo Grande
	31/08/02	Oficina de arte show – praça da igreja.

Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (2002).

Os Acampamentos Missionários foram iniciativas junto aos jovens para que eles pudessem se engajar nas mobilizações, não só em ações mais concretas, mas também procurando o resgate da identidade junto ao local de origem. A cartilha: *Construindo nossa história*, organizada pela Pastoral do Migrante a partir da gincana de animação de jovens

realizada em 1999, é um importante registro do envolvimento deles no resgate da identidade coletiva. Foi sistematizada a partir das entrevistas que os jovens fizeram com os mais velhos para identificar o nome dos locais e a origem das pessoas. A população das comunidades vivia da atividade de agricultura camponesa, produziam mandioca, feijão, milho e algumas frutíferas; há, ainda, a coleta de frutos nativos, como o murici e o coco. Em algumas localidades era realizada a da pesca artesanal bem como outras atividades acessórias, como a construção civil e a costura, que dependiam, muitas vezes, de deslocamento para Fortaleza. A maior parte da população era católica, tanto que a principal festa do município corresponde aos festejos do padroeiro da cidade, o qual recebe o nome dela.

Quadro 9 – Acampamento Missionário

Evento	Data	Lema	Comunidades participantes	Local
1º	23 e 24/9 de 2000	Mãos se erguem na luta pela Terra	Localidades participantes: Bolso, Chaves, Itapará, Oiticicas, Tapuio, Lagoa seca, Córrego dos tocos.	Bolso
2º	07 e 08/10 de 2000	Progresso é vida feliz para todos	Vila Ferreira, Planalto do Pecém, Pecém – Centro, Paul, Caraúbas, assentamento Novo Torém, Forquilha, Munguba, Colônia de professores.	Pecém
3º	26 a 28/10 de 2001	Mãos se erguem na luta pela Terra	Comunidade do Bolso e adjacências, Matões e Reassentamentos.	ABC do Pecém
	05 a 07/10 de 2001			Horizonte
4º	11 a 13/10 de 2002	Comunidade em missão resgatando sua história	Área verde I e II, Lago amarela, Baixa das carnaúbas.	Matões

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Figura 13 – Acampamento Missionário 2001



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (2001).

Nesse longo processo de mobilização, a Pastoral do Migrante acumulou, com as comunidades, uma plataforma de reivindicações do embrião do movimento organizado da classe. Trata-se de bandeiras amplas, as quais ajudaram na elevação política das comunidades em ganhar uma unidade contra o Complexo do Pecém, chamadas de projeto futuro, resultado do Acampamento Missionário em 2000, que diz:

Quadro 10 – Nosso compromisso com a Terra e com a Vida

Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas formas de vida.

- 1- Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
 - 2- Aperfeiçoar sempre nosso conhecimento sobre a natureza e agricultura.
 - 3- Produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
 - 4- Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
 - 5- Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.
 - 6- Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores.
 - 7- Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
 - 8- Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração contra pessoa, a comunidade e a natureza.
 - 9- Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.
 - 10- Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.
- Reforma agrária, por um Brasil sem latifúndio!

Fonte: Serviço Pastoral do Migrante (2000).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve, como recorte temporal, os anos da instalação do Porto, 1995 a 2002, período que coincide com a chegada da Pastoral do Migrante no Ceará. Tivemos oportunidade de ter acesso aos relatórios feitos pelas irmãs Scalabrinianas no acompanhamento das populações que migraram por conta do processo de industrialização, porém a maior parte desta pesquisa se deteve ao trabalho de mobilização junto às comunidades do Pecém, que foram expulsas de suas terras por conta da instalação das infraestruturas do Porto.

A pesquisa reafirmou que o processo de modernização da infraestrutura industrial-portuária no Ceará é fruto da divisão territorial do trabalho no contexto nordestino e brasileiro, e que os fenômenos socioespaciais de mobilidade da força de trabalho, de forma compulsória da população e (re)assentamento, estão associados às novas relações sociais de produção e de poder existentes, envolvendo o Complexo Industrial e o Estado, em interação com dinâmica populacional da Região Metropolitana de Fortaleza.

Os determinantes comuns desse processo é o fenômeno da modernização econômica a partir da industrialização, modernização agrícola e investimentos no turismo de massa. As bases desse processo, ao contrário do que apregoam os empresários políticos, foram iniciadas na administração de Virgílio Távora e continuadas na etapa neoliberal da administração dos mudancistas, principalmente a partir do segundo governo de Tasso Jereissati (1995 - 2002).

Além do mais, acompanhando algumas mobilizações do período recente, pudemos observar algumas questões que se assemelham aos processos que ocorreram nos anos 1990, como: alteração no modo de vida das comunidades locais; contínua violação de direitos por parte do Estado em atender as reivindicações e garantir condições de reprodução social; e permanência de elevados índices de desemprego e chegada, como foi previsto, de problemas que, antes, afetavam a capital cearense, como o tráfico de drogas bem como a presença de facções e redes de prostituição.

Do longo percurso feito pelas irmãs até o avanço da luta coletiva, destacamos que foi a partir do trabalho local, sistemático e paciente, que puderam articular a atividades de caráter nacional como o grito dos excluídos, a gincana com os jovens e a assembleia na comunidade onde os representantes do governo não podiam participar. Esse processo se deu após três anos de presença da Pastoral nas comunidades com pouco resultado, quando houve

uma mudança na atuação, a partir das várias formas de construir a resistência, entre elas a utilização da arte como recurso expressivo e de envolvimento concreto através dos processos do criar.

Como resultado do processo da presença da Pastoral do Migrante, concluímos que, após os anos de trabalho, parte das comunidades reconhece sua identidade cultural, algumas assumiram suas raízes indígenas e conseguiram a demarcação de parte das terras reivindicadas. As outras comunidades, apesar das dificuldades de mobilização contra o Estado, estão em melhores condições organizativas para reivindicar direitos.

Com o funcionamento das indústrias nos anos seguintes, a questão ambiental emergiu. Desse modo, o problema da poluição das águas marinhas e subterrâneas com o vazamento de carvão mineral; a poluição do ar com o aumento exponencial de CO² na atmosfera, provocando doenças na população além de intensificar o efeito estufa; o aumento da especulação imobiliária; e a perfuração de poços para atender a demanda industrial também foram questões que geraram conflitos entre as comunidades e o Estado no contexto atual.

Em visitas aos tres primeiros assentamentos, verificamos que a dinâmica populacional é contínua, parte dos primeiros reassentados saíram, não pudemos investigar os motivos, mas acreditamos que as condições de acesso e empregos foram os motivos principais.

Portanto, a realidade mostra que, com a consolidação das instalações industriais do porto, das transformações nas relações de trabalho, do aumento da arrecadação de impostos e da atividade industrial, não houve a respectiva melhoria da qualidade de vida das comunidades ali localizadas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no Estado do Ceará**. 2005. 374f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Nordeste, Nordestes, que Nordestes?** [S.l. : s.n.], 2012. 42 p.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 9-23.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. *In*: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994. p. 213-220.
- BRASIL. **Decreto nº 6040, 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 03 jul. 2019.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste Semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. Presidente Prudente-SP. 2012. Tese 198f. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de (org.). **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas, SP: Pontes, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009. 272 p.
- COSTA, Liduina Farias Almeida da. **O nordeste e a globalização: posicionamentos dos empresários-políticos cearenses**. 2000. 329f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.
- CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente. **Relatório de Impacto Ambiental: RIMA/1997 - São Gonçalo de Amarante: SEMACE**, 1997.
- CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente. **Cenário Porto do Pecém**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2013.
- CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente. **Plano de Desenvolvimento Sustentável: 1995-1998**. Fortaleza: IPLANCE, 1995.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento. **Plano de desenvolvimento sustentável do Ceará: 1995 – 1998**. Fortaleza: SEPLAN, 1995.

CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de Mudanças: 1987/1991**. Fortaleza: [s.n.], 1988.

CEARÁ. Governo do Estado. **Decreto Lei nº 12.536, de 22 de dezembro de 1995**. Dispõe sobre a constituição da Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARÁ PORTOS e dá outras providências. Fortaleza, 1995.

COSTA FILHO, Ney Barros da. **Análise comparativa de aspectos socioeconômicos relativos à pesca artesanal nas comunidades de Porto dos Barcos (município de Itarema) e Mundaú (município de Trairi) Estado do Ceara, 1996**. 1997. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Pesca) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

COSTA, Liduína Farias Almeida da. **O sertão não virou mar: Nordeste, globalização e imagem pública da nova elite cearense**; São Paulo: Annablume, EdUECE, 2005.

DE MALAS prontas para um destino incerto. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 1997.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. *In*: ELIAS, Denise.; SAMPAIO, José Levi Furtado. (org.) **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36. (Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração Cambeba**. Fortaleza: Tropical Editora, 1997.

FIGUEIREDO, Ruy César Campos. **Carvão para seus olhos tocarem: uma poética do deslocamento**. 2018. 151f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho; LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. As bases geo-históricas do Baixo Jaguaribe. *In*: RIGOTTO, Raquel Maria (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC; Expressão Popular, 2011. p. 111-143.

FÓRUM DO LITORAL, CIDADANIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. **Complexo Industrial-Portuário do Pecém – Dossiê**. Fortaleza, 1997b.

FÓRUM DO LITORAL. **Título da carta**. Fortaleza, 1997^a. 1 carta.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. *In*: RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC, Expressão Popular, 2011. p. 144-165.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1991.

GRUPO DE TRABALHO PARTICIPATIVO. **Ata da primeira reunião ordinária do Grupo de Trabalho Participativo do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.** São Gonçalo do Amarante, 03 out. 1997.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista Do Departamento De Geografia**, [S.l.], v.1, p. 21-47, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2. ed. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil municipal.** Fortaleza: IPECE, 2017.

INSTITUTO DE MEMÓRIA DO POVO CEARENSE. **Memória dos movimentos ambientais do Ceará.** Fortaleza: IMOPEC, 2014.

INSTITUTO DE MEMÓRIA DO POVO CEARENSE. **CIC: A “Razão esclarecida da FIEC”.** Propostas Alternativas. Fortaleza: IMOPEC, 1995.

LEAL, Victor Nunes Leal. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Companhia das letras, 2012.

LIMA, Maria do Céu de. Pescadoras e pescadores artesanais do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes (artisanal fishermen and fisherwomen in Ceará: lifestyles, confrontations and horizons). **Mercator**, Fortaleza, v. 5, n. 10, p. 39-54, nov. 2008.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família tradição e poder: O (o) caso dos coronéis.** São Paulo: Annablume, 1996.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo fase superior do capitalismo,** Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. *In*: SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.** Petrópolis, RJ: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 11-104.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **[Início].** [S.l.], 2019.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. (Geografia: teoria e realidade. Linha frente)

MONTE, Francisca Sylvania de Sousa. **Efeitos da implantação do complexo industrial e portuário do Pecém-Ce na qualidade de vida das famílias rurais da região: o caso do reassentamento Cambeba**. 1999. 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. *In*: SOUZA, Simone de. (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 15-21.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PELLEGRINI, Idalina. **A arte como processo de ressignificação do cotidiano na luta pela terra**. Porto Alegre: [s.n.], 2006.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará**. 2011. 450 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIGOTTO, Raquel Maria. **O “progresso” chegou. E agora?** As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. 2004. 145f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE. **Irmãos e irmãs da Arquidiocese de Fortaleza**. Destinatário: Arquidiocese. Fortaleza, 1997d. 1 carta.

SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. **Construindo nossa história**. Fortaleza: SPM, 1999.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE. **Primeira visita missionária**. Fortaleza: SPM, 1997a.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE. **Projeto nº 2.1**: [diagnóstico da realidade local]. Fortaleza: SPM, 1997b.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE. **Situação atual das comunidades atingidas pelo CIPP [Complexo Industrial e Portuário do Pecém]**. Destinatário: Arquidiocese... Fortaleza, 26 abr. 1997c. 1 carta.

SOS dunas e falésias. [Fortaleza, 1999].

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SOUZA, Paulo Cesar Santos de. **Obrigados a sair, sem saber pra onde ir**. Fortaleza: SPM, 1999.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE. Poema: **Maões se erguem na luta pela Terra**. Fortaleza: SPM, 2000.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 3 v. (Pensamento crítico; 11).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2017.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Reestruturação Socioespacial do Ceará: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú**. 2010. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. **Espaço social e populações tradicionais na Amazônia: conflito e resistência**. Belém: Unama, 1999. (Relatórios de pesquisa (Universidade de São Paulo))

VIANNA, Pedro Jorge Ramos; SALMITO FILHO, Valfrido; ALBUQUERQUE, Nazareno. **História da industrialização da região metropolitana de Fortaleza: de Paulo Afonso ao Pecém**. Fortaleza: Expressão, 2015.